

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (EMG). Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

A COPASA possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”, “Subsidiária”, “Controlada”), criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

Impactos do COVID-19 nas condições financeiras e patrimoniais da Companhia

Visando atender ao Ofício Circular CVM nº 02/2020, a Administração da Companhia analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia Covid-19 e não identificou impactos que requeressem ajustes sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 no tocante à recuperabilidade de seus ativos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais, reconhecimento da receita, bem como as perdas esperadas do contas a receber de clientes.

Em março de 2020, foram estabelecidas medidas de recomendações do Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde, visando a preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores. Foram adotadas, também, ações para garantir a prestação de serviços e minimizar os impactos para a população, medidas preventivas no tocante ao relacionamento com o público em geral incluindo o fechamento das agências de atendimento, bem como ações visando preservar seu fluxo de caixa.

A COPASA MG, em comum entendimento com a Agência Reguladora, suspendeu a realização de cortes e aplicação de multas e juros para os clientes que contam com a Tarifa Social, em caso de atrasos nos pagamentos de faturas. Para os clientes da categoria Comercial, que foram obrigados a suspender suas atividades, houve prorrogação de prazos para pagamento de faturas entre maio e setembro de 2020. Os débitos dos clientes da Tarifa Social puderam ser parcelados em até 36 meses, com entrada de 5% ou o valor de uma fatura média dos últimos 12 meses (o que for menor). Já em relação aos débitos das demais categorias (residencial, comercial, industrial e pública), o valor da entrada passou para 5% do total do débito ou a média dos últimos 12 meses (o que for menor), e o restante parcelado em até 24 meses, com juros de 0,5%.

Adicionalmente, a Companhia aderiu à medida facultada pelo BNDES para a suspensão de pagamentos de dívidas por um período de 180 dias, sendo de 15 de abril de 2020 a 15 de setembro de 2020 para dois contratos de financiamentos e 15 de maio de 2020 a 15 de outubro de 2020 para três emissões de debêntures. As parcelas suspensas, no montante de R\$ 152,2 milhões (principal mais juros), foram capitalizadas e diluídas no saldo devedor, conforme regra do BNDES, sem alteração no prazo final dos contratos. Em 15 de outubro e 15 de novembro de 2020, respectivamente, houve a retomada dos pagamentos das parcelas regulares dos financiamentos e das debêntures, adicionados de cerca de R\$7,4 milhões referentes aos valores capitalizados ao saldo devedor até dezembro de 2020.

A partir de outubro, a COPASA MG restabeleceu suas práticas comerciais quanto aos prazos de pagamento das faturas de água e esgoto, bem como retornou com a suspensão de fornecimento de água em casos de inadimplência, exceto para os clientes da categoria residencial social. De forma gradativa, o atendimento nas agências foi retomado a partir de outubro de 2020, com agendamento prévio e observando as medidas previstas para controle da pandemia. Os colaboradores também retornaram de forma gradual aos postos de trabalho observando as orientações do Ministério da Saúde, bem como legislações federal, estadual e municipal.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas, aqui apresentadas sob os títulos de “Individual” ou “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, Individuais e Consolidadas, em 25 de fevereiro de 2021.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui três segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária, além do segmento resíduos sólidos, no município de Varginha, iniciado no ano de 2017. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 22.

3.2 Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.2.1 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativo financeiro

3.4.1.1 Reconhecimento inicial

O contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.4.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser

mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(a) Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a política de aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

(b) Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(c) Desreconhecimento

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.4.2 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Visando aprimoramento da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para o contas a receber de clientes, a Companhia realizou novos estudos de forma a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

A partir do estudo, a perda esperada registrada contabilmente pela Companhia considera a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco

de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo.

Isto permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir do contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia revisitou os critérios da estimativa, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes para determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e análise da dívida de seus clientes, e integrando projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas de provisão totalizaram R\$369.880 na controladora (R\$189.655 em 31 de dezembro de 2019) e R\$374.482 no consolidado (R\$191.720 em 31 de dezembro de 2019), sendo que deste saldo foram baixadas faturas incobráveis no valor de R\$217.601 na controladora e R\$220.719 no consolidado, conforme Nota Explicativa 07.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as adições, no montante de R\$455.684 na controladora (R\$435.409 em 31 de dezembro de 2019) e R\$477.107 no consolidado (R\$469.405 em 31 de dezembro de 2019).

Adicionalmente, a Companhia refinou, em suas análises, o cálculo do período de tempo adequado para efetuar a baixa contábil definitiva a resultado de seus recebíveis, após exauridos todos os esforços comerciais de cobrança. Tal intervalo de tempo, anteriormente calculado em 180 dias após o vencimento, foi revisto, em dezembro de 2020, para 360 dias. Tal revisão levou em conta a análise do comportamento histórico de tal recuperabilidade e o efeito dos trâmites de cobrança finais realizados pela Companhia e por terceiros, a partir dos quais os esforços de cobrança não mais surtem efeitos significativos, e os valores não recuperados são considerados perdidos.

A Companhia continuará analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores provisionados reflitam as expectativas de perdas no contas a receber de clientes.

A Companhia não reconheceu provisão para perdas sobre créditos relativos ao Estado de Minas Gerais, acionista controlador, tendo em vista o histórico recente de renegociações, celebração de acordo para equacionamento de dívida, bem como de termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio. A Administração da Companhia avalia este assunto dependendo dos fatos e circunstâncias à cada data de reporte.

Para os créditos perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o repasse dos 4% da arrecadação líquida ao Fundo Municipal de Saneamento, fica condicionado à quitação das faturas pela prefeitura cujos recursos também são destinados a esse fundo.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. A Companhia considera que esta seja “BBB” - ou superior, conforme padrão divulgado pelas agências de *rating* de crédito *Fitch* e *S&P*.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Aplicação financeira vinculada

Refere-se a recursos financeiros oriundos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), como incentivo, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES). Os recursos são liberados e depositados em conta específica vinculada e a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada desde que cumpridas as metas pactuadas. Tendo em vista cumprimento parcial das metas, esses recursos também são mantidos em seu passivo não circulante, em conta de obrigações diversas. A Companhia não reconhece perda por *impairment*, baseado no fato de que se houver uma obrigação de devolver os recursos há passivo correspondente registrado, conforme descrito na Nota Explicativa 8.

(iii) Ativos financeiros – Contratos de concessões

A Companhia não reconhece perda por *impairment* sobre os mesmos, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela COPASA MG reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens

reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo valor presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.4.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificada como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário. São demonstrados ao custo que é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, exceto os estratégicos, atingem 365 dias sem movimentação. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.6 Ativos intangíveis

(a) Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessão firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros, conforme Nota Explicativa 3.15.

(b) Direitos de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.7 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia. Os sistemas produtores de água e de tratamento de esgotos compartilhados também compõem o imobilizado, uma vez que foram considerados como ativos da Companhia, por não serem vinculados diretamente a uma concessão específica.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente a Companhia avalia a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

3.8 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em uma UGC, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada.

3.9 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que

a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas demonstrações financeiras, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

3.10 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras - maiores detalhes estão descritos na Nota 21. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.11 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários

fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

(b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.12 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de três planos de Previdência Complementar: Plano RPI- Benefício Definido (BD), Plano Copasa Saldado (BD) e o Novo Plano Copasa - Contribuição Definida (CD). Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

O valor atual dessas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de desconto que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa 20.

(b) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia registra provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados no resultado.

Em 2008, o Conselho de Administração aprovou o Regulamento do Programa de Participação dos Empregados nos Lucros da empresa, definindo os procedimentos para operacionalização.

Em 20 de dezembro de 2019 foi assinado acordo coletivo de trabalho com o Sindicato dos Administradores de MG e o Sindicato dos Contabilistas de BH, sendo definido que, do valor total apurado de Participação dos Empregados nos Lucros, 80% é distribuído de forma linear aos empregados que não exercem cargos de confiança e de diretoria, e 20% é distribuído entre os empregados que exercem cargos de confiança e de diretoria, mediante o atingimento de metas de performance em indicadores a serem definidos pelo Conselho de Administração. Como não houve consenso com os demais sindicatos, foi instaurado Dissídio Coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, para que sejam definidas sobre a distribuição da PL aos demais empregados, dentre outras cláusulas. Tal definição encontra-se em trâmite judicial.

O montante a ser distribuído será aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, é equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, correspondendo, portanto, a 6,25% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a reserva legal e a reserva de incentivos fiscais, sobre o qual serão aplicados parâmetros de desempenho institucional.

Anualmente, a parcela do lucro não distribuída aos empregados será transferida para o exercício seguinte, sendo adicionada na base de cálculo do valor a ser distribuído.

3.13 Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda) é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos.

A Companhia estima que a margem é zero, a partir de julho de 2015, depois de considerar a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão e de Programa, pelos Municípios.

(c) Ativos de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia conclui a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.15 Receita financeira

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.16 Arrendamentos

A Companhia considera se um contrato é ou contém um arrendamento, quando ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa

taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

3.17 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2020. Não foram adotadas pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, entretanto não deverão ter impactos significativos nas suas políticas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Reforma da taxa de juros de referência–Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC38/IAS 39, CPC40/IFRS 7, CPC11/IFRS 4 e CPC06/IFRS 16);
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25/IAS 37);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alterações ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo como Circulantes ou Não Circulantes (alterações ao CPC26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguro e alterações à IFRS 17.

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua subsidiária fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Consolidação** - Nota explicativa 3.2: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- (b) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** - Nota explicativa 3.4: determinação se a Companhia não tem influência significativa sobre a investida;
- (c) Prazo do arrendamento** - Nota explicativa 3.16: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Reconhecimento de receita de construção** – Nota explicativa 3.14(b): Estimativa da margem considerando a Resolução nº072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos Municípios.

- (b) **Reconhecimento de receita não faturada** – Nota explicativa 3.14(a): Estimativa baseada na média de consumo.
- (c) **Provisão para perdas na realização de crédito** – Nota explicativa 3.4.2(a): Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais.
- (d) **Benefícios de planos de previdência complementar** – Nota explicativa 3.12(a): Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; definição da taxa.
- (e) **Impostos** – Nota explicativa 3.11: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- (f) **Perda do valor recuperável de ativos não financeiros** - Nota explicativa 3.8: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- (g) **Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais** - Nota explicativa 3.9: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- (h) **Instrumentos financeiros mensurados a valor justo** - Nota explicativa 3.4.1: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais.
- (i) **Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão** - Nota explicativa 3.6: Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se dá por meio de contratos de concessão e/ou os contratos de programa que são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 e 100 anos. Esses contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia é o Estado de Minas Gerais.

Em 2020, foram formalizados contratos de programa com 4 municípios do Estado de Minas Gerais.

A Companhia e sua subsidiária COPANOR possuíam 640 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 310 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2020 (641 e 311, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, 69 concessões encontravam-se vencidas, representando 3,21% da receita total, cujos serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia. A Administração prevê que todos os contratos de concessão vencidos e ainda não renovados resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nesses municípios.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período.

A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

A ARSAE-MG divulgou em 22 de junho de 2020, a Resolução ARSAE-MG nº 141/2020, na qual autorizou a aplicação de reajuste médio de 3,04% nas tarifas de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados a partir de 1º de agosto de 2020. Porém, em função da pandemia

de Covid 19, o início do efetivo faturamento dos usuários com as novas tarifas ficou suspenso por 90 dias, passando a ser aplicado a partir de 1º de novembro de 2020.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$685.561 (R\$648.892 em 31 de dezembro de 2019) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões por ativos não depreciados no período da concessão, conforme descrito na Nota Explicativa 07(b).

(a) Ativo financeiro

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	648.892	682.828
Transferência de (para) o intangível	263	(65.652)
Capitalização	37.707	31.633
Ganho com ativo financeiro	-	401
Baixas	(858)	(320)
Outros	(443)	2
Saldo final	685.561	648.892

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	651.069	682.828
Transferência de (para) o intangível	21.369	(64.439)
Capitalização	37.915	31.730
Ganho com ativo financeiro	-	401
Baixas	(858)	(320)
Outros	(443)	869
Saldo final	709.052	651.069

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Recursos em caixa e bancos	26.465	31.473	26.954	31.984
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	759.912	489.831	778.665	492.162
Total	786.377	521.304	805.619	524.146

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 104,36% do CDI no período findo em 31 de dezembro de 2020 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

O CDI em 31 de dezembro de 2020 era de 1,9% a.a. (4,4% a.a. em 31 de dezembro de 2019). A avaliação de risco deste instrumento financeiro está detalhada na Nota Explicativa 23.1(d)(ii).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$23.212 (R\$25.195 em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e R\$23.572 (R\$25.750 em 31 de dezembro de 2019) no Consolidado.

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação dos certificados de depósitos bancários de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em 1º de janeiro	489.831	257.007	492.162	272.387
Novas aplicações	3.502.182	3.062.586	3.552.321	3.095.234
Rendimentos	23.212	25.195	23.572	25.750
Resgates	(3.255.313)	(2.854.957)	(3.289.390)	(2.901.209)
Em 31 de dezembro	759.912	489.831	778.665	492.162

07. Contas a Receber de Clientes e Outros Ativos**(a) Contas a receber de clientes**

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

Valores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos	580.626	430.930	587.607	436.357
Vencidos até 30 dias	218.124	227.945	220.591	230.738
Vencidos de 31 até 60 dias	98.077	77.128	99.399	78.173
Vencidos de 61 até 90 dias	58.077	39.385	58.910	39.994
Vencidos de 91 até 180 dias	123.590	60.319	125.262	61.268
Vencidos de 181 até 360 dias	60.970	9.439	61.646	9.467
Vencidos acima de 360 dias	21.788	16.714	21.799	16.717
A vencer	250.694	430.395	252.909	433.357
Faturados	831.320	861.325	840.516	869.465
A faturar	399.389	359.113	402.420	361.763
Contas a receber de clientes⁽¹⁾	1.230.709	1.220.438	1.242.936	1.231.228
(-) Provisão para perdas esperadas do contas a receber de Clientes	(195.999)	(43.720)	(197.495)	(43.732)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.034.710	1.176.718	1.045.441	1.187.496

⁽¹⁾ Contempla o contas a receber do acionista Estado de Minas Gerais, conforme detalhamento a seguir.

Detalhamento do Contas a receber do Estado de Minas Gerais:

Valores	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Faturados	16.127	167.217
A faturar	8.216	11.197
Contas a receber de clientes, líquidas	24.343	178.414

Em 09 de dezembro de 2019, o Estado de Minas Gerais celebrou acordo para equacionamento de dívida (“Acordo”) no valor de R\$173,6 milhões, incluindo todas as faturas com vencimento até 31 de dezembro de 2019 e, ainda, algumas faturas a vencer após essa data. As faturas inseridas no referido acordo foram transferidas para a categoria “A Vencer”. O fluxo mensal de pagamentos constante desse acordo veio, desde então, sendo quitado regularmente, e o pagamento das faturas correntes ocorrendo dentro das competências dos vencimentos.

Visando cumprir o fluxo de pagamentos acordado, os JCPs foram eventualmente utilizados, pelo Estado de Minas Gerais, para quitação parcial da dívida. Não havia JCPs retidos em 31 de dezembro de 2019 e 2020. Em dezembro de 2020, juntamente com a quitação de faturas diversas vincendas naquele mês, o EMG quitou antecipadamente faturas vincendas do mês de janeiro de 2021 no montante de R\$6.776, deixando, porém, em aberto um saldo vencido de R\$4.039 junto à Companhia em 31 de dezembro de 2020 – dos quais R\$659 era saldo remanescente do Acordo. Tal saldo então vencido vem sendo quitado pelo EMG.

A movimentação na provisão para perdas esperadas do contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	43.720	45.739	43.732	46.324
Adição na provisão para perdas de contas a receber	369.880	187.636	374.482	189.701
Contas a receber de clientes baixadas no período como incobráveis	(217.601)	(189.655)	(220.719)	(191.716)
Outros	-	-	-	(577)
Saldo final	195.999	43.720	197.495	43.732

A provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do período como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A Companhia não reconheceu provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais, acionista controlador, tendo em vista o histórico recente de renegociações, pagamentos realizados, celebração de acordo para equacionamento de dívida, bem como de termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio, além do histórico de adimplência observado. A Administração da Companhia avalia este assunto dependendo dos fatos e circunstâncias a cada data de reporte.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

(b) Outros Ativos

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota Explicativa 23.1(e)):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros – Contratos de concessão (i)	685.561	648.892	709.052	651.069
Créditos diversos (ii)	90.248	66.182	87.638	65.241
Total	775.809	715.074	796.690	716.310
Ativo circulante	23.486	21.934	20.876	20.993
Ativo não circulante	752.323	693.140	775.814	695.317

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a empregados(ii)	13.152	13.946	13.357	14.211
Outros (ii)	10.334	7.988	7.519	6.782
Ativo circulante	23.486	21.934	20.876	20.993
Adiantamento de repasse tarifário (ii)	60.683	40.911	60.683	40.911
Depósitos judiciais(ii)	6.079	3.337	6.079	3.337
Ativos financeiros – contratos de concessão(i)	685.561	648.892	709.052	651.069
Ativo não circulante	752.323	693.140	775.814	695.317

(i) Refere-se às contas a receber do poder concedente decorrentes dos contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e de acordo com a ICPC 01. Esses valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, utilizando taxa de desconto definida como adequada pela Administração, para utilização no cálculo do valor presente de fluxos futuros relacionados aos investimentos realizados ou em estudo pela Companhia, conforme Nota Explicativa 4.

(ii) Refere-se substancialmente a adiantamentos de repasse tarifário realizados para o Município de Montes Claros, adiantamentos a empregados e depósitos judiciais efetuados para processos judiciais com prognósticos de perda possível.

08. Aplicações Financeiras e Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

(a) Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures e aplicação financeira vinculada

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	199.974	180.770
Aplicação financeira vinculada (ii)	75.715	85.268

- (i) Refere-se a depósito de valores monetários em fundos de investimentos, ora sob titularidade dos credores, que a Companhia constitui, no âmbito de seus contratos de financiamentos, empréstimos e debêntures. Também é dado em garantia cessão fiduciária de sua arrecadação que se caracteriza pela transferência aos credores da titularidade de parte de sua arrecadação, conforme tabela inserida na Nota Explicativa 23.1(e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas.
- (ii) Refere-se a recursos financeiros da ANA-Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, os valores são convertidos em cotas e aplicados no “fundo de investimento caixa despoluição de bacias hidrográficas renda fixa longo prazo” destinado única e exclusivamente ao objeto de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada para a COPASA MG em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacadas desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de obrigações diversas.

09. Investimentos

Abaixo a tabela com a movimentação dos investimentos na subsidiária:

	31/12/2019	Equivalência patrimonial ⁽ⁱⁱ⁾	Aumento de capital ⁽ⁱ⁾		31/12/2020
Investimentos					
COPANOR	133.983	(12.587)	43.736		165.132
Outros	260	-	-		260
Total	134.243	(12.587)	43.736		165.392
	31/12/2018	Equivalência patrimonial ⁽ⁱⁱ⁾	Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	Outros	31/12/2019
Investimentos					
COPANOR	104.597	(12.772)	42.122	36	133.983
Outros	260	-	-	-	260
Total	104.857	(12.772)	42.122	36	134.243

(i) A Controladora realizou integralização no valor de R\$43.736, sendo R\$21.868 no 1º trimestre e R\$21.868 no 3º trimestre de 2020 (R\$42.122 em 2019, sendo R\$21.061 no 1º trimestre e R\$21.061 no 3º trimestre), na COPANOR, cujos recursos permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

(ii) O resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R\$12.587 (negativo em R\$12.772 em 31 dezembro de 2019).

Informações financeiras resumidas

COPANOR	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido
2020	100%	32.691	147.284	12.185	533	167.257	(7.387)
2019	100%	15.997	127.237	8.990	262	133.982	(12.772)

10. Ativo de Contrato

	Controladora				
	Sistemas de				
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum	Estoque para obras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	208.013	639.509	193.724	91.676	1.132.922
Adições	155.045	180.738	114.244	5.657	455.684
Baixas ⁽¹⁾	(7.969)	(14.616)	(44.832)	(7.669)	(75.086)
Juros capitalizados	6.092	31.604	598	-	38.294
Transferências para o intangível	(198.027)	(498.397)	(63.777)	-	(760.201)
Transferências para o imobilizado	-	-	(35.068)	-	(35.068)
Saldos em 31 dezembro de 2020	163.154	338.838	164.889	89.664	756.545

⁽¹⁾ Refere-se a baixa de projetos que foram reincorporadas nas obras em andamento.

	Consolidado				
	Sistemas de				
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum	Estoque para obras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	242.047	677.312	195.222	99.255	1.213.836
Adições	161.901	193.897	114.957	6.352	477.107
Baixas ⁽¹⁾	(8.892)	(15.091)	(46.270)	(7.709)	(77.962)
Juros capitalizados	6.092	31.604	598	-	38.294
Transferências para o intangível	(231.916)	(533.084)	(63.777)	-	(828.777)
Transferências para o imobilizado	(197)	-	(35.068)	-	(35.265)
Saldos em 31 dezembro de 2020	169.035	354.638	165.662	97.898	787.233

⁽¹⁾ Refere-se a baixa de projetos que foram reincorporadas nas obras em andamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as adições, no montante de R\$455.684 na controladora (R\$435.409 em 31 de dezembro de 2019) e R\$477.107 no consolidado (R\$469.405 em 31 de dezembro de 2019) referem-se, principalmente, a obras de implantação dos sistemas de esgotamento sanitário das cidades de Sabará, Ribeirão das Neves, Divinópolis, Pouso Alegre, Três Corações, Felixlândia, Araçuaí, Timóteo, Contagem, Divino, Mateus Leme, Ipatinga, Estrela do Sul, Patos de Minas, Congonhas e Caratinga, bem como obra de melhoria no Sistema Vargem das Flores.

	Controladora				
	Sistemas de				
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum	Estoque para obras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	264.757	657.451	137.678	87.636	1.147.522
Adições	129.694	210.316	91.359	4.040	435.409
Baixas ⁽¹⁾	-	(759)	(23)	-	(782)
Juros capitalizados	10.919	36.921	3.249	-	51.089
Transferências para o intangível	(197.357)	(264.420)	(31.237)	-	(493.014)
Transferências para o imobilizado	-	-	(7.302)	-	(7.302)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	208.013	639.509	193.724	91.676	1.132.922

⁽¹⁾ Refere-se a baixa de projetos que foram reincorporadas nas obras em andamento.

	Consolidado				
	Sistemas de				
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum	Estoque para obras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	288.749	680.607	141.270	87.636	1.198.262
Adições	140.222	230.500	91.379	7.305	469.406
Baixas ⁽¹⁾	-	(759)	(23)	-	(782)
Juros capitalizados	10.919	36.921	3.249	-	51.089
Transferências para o intangível	(199.734)	(269.957)	(33.351)	-	(503.042)
Transferências para o imobilizado	-	-	(7.302)	-	(7.302)
Outros	1.891	-	-	4.314	6.205
Saldos em 31 de dezembro de 2019	242.047	677.312	195.222	99.255	1.213.836

⁽¹⁾ Refere-se a baixa de projetos que foram reincorporadas nas obras em andamento.

11. Intangível

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação						
Sistemas de água	4.004.651	(2.378.562)	1.626.089	3.868.382	(2.242.450)	1.625.932
Esgotamento sanitário	6.050.820	(2.404.025)	3.646.795	5.472.005	(2.155.736)	3.316.269
Sistemas de uso comum	961.300	(795.710)	165.590	875.493	(739.902)	135.591
Direitos de uso	584.503	(259.620)	324.883	561.926	(234.427)	327.499
Outros ativos intangíveis	130.280	(26.153)	104.127	120.677	(21.594)	99.083
Total do intangível	11.731.554	(5.864.070)	5.867.484	10.898.483	(5.394.109)	5.504.374

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação						
Sistemas de água	4.044.544	(2.380.506)	1.664.038	3.882.540	(2.243.126)	1.639.414
Esgotamento sanitário	6.099.461	(2.406.807)	3.692.654	5.498.307	(2.156.812)	3.341.495
Sistemas de uso comum	970.561	(797.823)	172.738	880.879	(740.811)	140.068
Direitos de uso	584.653	(259.695)	324.958	562.075	(234.472)	327.603
Outros ativos intangíveis	130.700	(26.174)	104.526	120.917	(21.597)	99.320
Total do intangível	11.829.919	(5.871.005)	5.958.914	10.944.718	(5.396.818)	5.547.900

(b) A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Controladora					
	Sistemas de					
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾	Direitos de uso	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.625.932	3.316.269	135.591	327.499	99.083	5.504.374
Adições	36.064	46.697	33.338	21.740	1.546	139.385
Baixas	(56.095)	(1.176)	(8)	(1)	(153)	(57.433)
Amortização	(141.042)	(255.004)	(51.475)	(25.241)	(5.438)	(478.200)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	(23.262)	26.878	(2.030)	248	(2.097)	(263)
Transferência entre intangível e imobilizado	809	422	461	472	(2.272)	(108)
Transferências do ativo de contrato	183.801	512.804	49.942	166	13.488	760.201
Outros	(118)	(95)	(229)	-	(30)	(472)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.626.089	3.646.795	165.590	324.883	104.127	5.867.484

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no período e renovação de concessão com o município de Santa Luzia.

A amortização na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apropriada ao resultado, foi de R\$478.200, sendo R\$473.377 como custo dos serviços prestados, R\$612 como despesas com vendas e R\$4.211 como despesas administrativas (R\$450.117 sendo R\$443.865, R\$375 e R\$5.877, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

	Consolidado					
	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.639.414	3.341.495	140.068	327.603	99.320	5.547.900
Adições	38.084	47.410	35.044	21.740	1.774	144.052
Impairment	(1.773)	(3.345)	-	-	-	(5.118)
Baixas	(56.100)	(1.178)	(8)	(1)	(153)	(57.440)
Amortização	(142.297)	(256.709)	(52.694)	(25.271)	(5.456)	(482.427)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	(30.832)	14.206	(2.846)	248	(2.145)	(21.369)
Transferência para o imobilizado	832	447	413	472	(2.272)	(108)
Transferências do ativo de contrato	215.055	547.078	52.990	166	13.488	828.777
Recuperação de Impairment	1.773	3.345	-	-	-	5.118
Outros	(118)	(95)	(229)	1	(30)	(471)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.664.038	3.692.654	172.738	324.958	104.526	5.958.914

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no período e renovação de concessão com o município de Santa Luzia.

A amortização no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apropriada ao resultado, foi de R\$482.427, sendo R\$477.574 como custo dos serviços prestados, R\$612 como despesas com vendas e R\$4.241 como despesas administrativas (R\$452.432, sendo R\$446.150, R\$375, R\$5.907, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

	Controladora					
	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Saldos em 31 de dezembro de 2018 - não auditado	1.538.600	3.165.605	106.715	268.696	108.876	5.188.492
Adições	24.873	63.135	40.692	79.713	2.317	210.730
Baixas	(1.886)	(522)	(232)	(2)	110	(2.532)
Amortização	(133.075)	(238.536)	(51.580)	(22.248)	(4.678)	(450.117)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	8.981	53.739	6.806	440	(4.314)	65.652
Transferência entre intangível e imobilizado	(1.068)	9.960	1.228	372	(11.458)	(966)
Transferências do ativo de contrato	189.666	262.888	31.912	529	8.019	493.014
Outros	(159)	-	50	(1)	211	101
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.625.932	3.316.269	135.591	327.499	99.083	5.504.374

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no período e ajuste em adiantamento para aquisição de sistemas de esgoto em São João Nepomuceno cuja concessão tem término em 2047.

	Consolidado					
	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Saldos em 31 de dezembro de 2018 - não auditado	1.548.025	3.185.011	110.343	268.831	108.876	5.221.086
Adições	27.362	64.304	42.060	79.713	2.621	216.060
Baixas	(1.886)	(522)	(249)	(2)	110	(2.549)
Amortização	(133.628)	(239.454)	(52.393)	(22.277)	(4.680)	(452.432)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	9.034	52.538	6.806	440	(4.379)	64.439
Transferência para o imobilizado	(1.040)	10.534	626	372	(11.458)	(966)
Transferências do ativo de contrato	192.329	269.340	32.825	529	8.019	503.042
Outros	(782)	(256)	50	(3)	211	(780)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.639.414	3.341.495	140.068	327.603	99.320	5.547.900

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no período e ajuste em adiantamento para aquisição de sistemas de esgoto em São João Nepomuceno cuja concessão tem término em 2047.

Taxa média de amortização apurada na Controladora e Consolidado:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Sistemas de água	4,21%	4,69%
Esgotamento sanitário	5,31%	4,73%
Sistemas de uso comum	19,06%	18,41%
Direitos de uso	5,20%	4,69%
Outros ativos intangíveis	3,88%	3,70%

Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa

A Companhia elaborou estudo técnico de “teste de *impairment*”, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2020, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população atendida, custos, despesas e investimentos no prazo de 30 anos, adotando-se como premissa a renovação dos contratos de concessões vigentes. O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda (“*impairment*”) de ativos de vida longa.

A Companhia entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita.

O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

O Fluxo de Caixa projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme Estratégias da Companhia. As principais premissas foram:

- Evolução da receita conforme tarifa projetada para o primeiro ano e volume faturado projetado em função do crescimento de volume e faturamento decorrente das ações e investimentos planejados de 2021 a 2025. O que resultou em crescimento médio na receita de água de 2,7% ao ano e na receita de esgoto 7% ao ano até 2026. Nos demais anos, o crescimento projetado foi apenas em função de crescimento vegetativo, o que resultou em 0,4% ao ano até 2050;
- Custos e despesas: custos com material de tratamento e energia elétrica estimados com base nos valores de orçamento aprovado para o exercício 2021 e nas ações planejadas para o período de 2022 a 2025. Para os demais anos foi considerado apenas o crescimento de 0,4% acompanhando o crescimento vegetativo até 2050;
- Taxa de desconto estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital em que a UGC opera de 7,94%, com uma alavancagem da dívida de 32,7% e uma taxa de financiamento de 8,83%;
- Preços foram mantidos constantes.

A Companhia com base nessas premissas e no cálculo realizado, não identificou *impairment*.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das premissas relevantes, não teriam afetado o cálculo e conseqüentemente não resultaria em *impairment*.

Em 2020 a COPASA reconheceu o impacto de R\$5.200 como resultado de equivalência advindo do *impairment* da Copanor, que foi revertido de acordo com estudo realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

12. Imobilizado

Controladora							
31/12/2020				31/12/2019			
Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
Em operação							
Máquinas e equipamentos	13,92%	563.295	(501.079)	62.216	550.853	(488.270)	62.583
Veículos	24,01%	87.008	(77.397)	9.611	87.337	(74.011)	13.326
Outros	-	31.464	(278)	31.186	35.837	(3.996)	31.841
		681.767	(578.754)	103.013	674.027	(566.277)	107.750
Terrenos e edificações	4,64%	3.331.467	(1.915.501)	1.415.966	3.295.244	(1.812.691)	1.482.553
Total em operação		4.013.234	(2.494.255)	1.518.979	3.969.271	(2.378.968)	1.590.303
Total do imobilizado		4.013.234	(2.494.255)	1.518.979	3.969.271	(2.378.968)	1.590.303

Consolidado							
31/12/2020				31/12/2019			
Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
Em operação							
Máquinas e equipamentos	13,92%	565.076	(501.388)	63.688	551.614	(488.423)	63.191
Veículos	24,01%	87.022	(77.404)	9.618	87.350	(74.015)	13.335
Outros	-	31.465	(278)	31.187	35.838	(3.996)	31.842
		683.563	(579.070)	104.493	674.802	(566.434)	108.368
Terrenos e edificações	4,64%	3.331.664	(1.915.505)	1.416.159	3.295.244	(1.812.691)	1.482.553
Total em operação		4.015.227	(2.494.575)	1.520.652	3.970.046	(2.379.125)	1.590.921
Total do imobilizado		4.015.227	(2.494.575)	1.520.652	3.970.046	(2.379.125)	1.590.921

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Controladora					
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 dezembro de 2019	62.583	13.326	31.841	1.482.553	1.590.303
Adições	12.556	3	-	-	12.559
Baixas	(5)	(9)	-	-	(14)
Depreciação	(17.441)	(3.758)	-	(98.113)	(119.312)
Transferência do ativo de contratos	4.462	52	4	30.550	35.068
Transferências do intangível	(218)	-	(3)	329	108
Outros	279	(3)	(656)	647	267
Saldos em 31 dezembro de 2020	62.216	9.611	31.186	1.415.966	1.518.979

Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 dezembro de 2019	63.191	13.335	31.842	1.482.553	1.590.921
Adições	13.577	3	-	-	13.580
Ajuste <i>Impairment</i>	(82)	-	-	-	(82)
Baixas	(5)	(9)	-	-	(14)
Depreciação	(17.598)	(3.760)	-	(98.117)	(119.475)
Transferência do ativo de contratos	4.462	52	4	30.747	35.265
Transferências do intangível	(218)	-	(3)	329	108
Recuperação de <i>Impairment</i>	82	-	-	-	82
Outros	279	(3)	(656)	647	267
Saldos em 31 dezembro de 2020	63.688	9.618	31.187	1.416.159	1.520.652

A depreciação da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apropriada ao resultado, foi de R\$119.312, sendo R\$107.274 como custo dos serviços prestados, R\$3.125 como despesas com vendas e R\$8.913 como despesas administrativas (R\$125.616, sendo R\$113.286, R\$2.854 e R\$9.476, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

A depreciação do Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apropriada ao resultado, foi de R\$119.475, sendo R\$107.435 como custo dos serviços prestados, R\$3.127 como despesas com vendas e R\$8.913 como despesas administrativas (R\$125.735, sendo R\$113.403, R\$2.856 e R\$9.476, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

	Controladora				
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	69.034	924	31.948	1.573.123	1.675.029
Adições	18.799	14.392	-	-	33.191
Baixas	(311)	(18)	-	-	(329)
Depreciação	(27.807)	(2.236)	(1)	(95.572)	(125.616)
Transferência do ativo de contratos	3.911	264	6	3.121	7.302
Transferências do intangível	(993)	-	-	1.959	966
Outros	(50)	-	(112)	(78)	(240)
Saldos em 31 dezembro de 2019	62.583	13.326	31.841	1.482.553	1.590.303

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	69.536	935	31.949	1.573.123	1.675.543
Adições	19.022	14.392	-	-	33.414
Baixas	(311)	(18)	-	-	(329)
Depreciação	(27.924)	(2.238)	(1)	(95.572)	(125.735)
Transferência do ativo de contratos	3.911	264	6	3.121	7.302
Transferências do intangível	(993)	-	-	1.959	966
Outros	(50)	-	(112)	(78)	(240)
Saldos em 31 dezembro de 2019	63.191	13.335	31.842	1.482.553	1.590.921

13. Direito de Uso de Arrendamento Mercantil

(a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo)

	Controladora			
	Móveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	6.908	50.261	-	57.169
Adições	5.209	40.869	1.979	48.057
Remensurações	(167)	936	-	769
Depreciação	(4.149)	(39.095)	(1.035)	(44.279)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.801	52.971	944	61.716

	Consolidado			
	Móveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	6.910	50.261	-	57.171
Adições	5.245	40.869	1.979	48.093
Remensurações	(167)	936	-	769
Depreciação	(4.184)	(39.095)	(1.035)	(44.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.804	52.971	944	61.719

	Controladora		
	Móveis	Veículos	Total
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	7.236	31.186	38.422
Adições	3.404	40.249	43.653
Remensurações	(546)	519	(27)
Depreciação	(3.186)	(21.693)	(24.879)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.908	50.261	57.169

	Consolidado		
	Móveis	Veículos	Total
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	7.236	31.186	38.422
Adições	3.441	40.249	43.690
Remensurações	(546)	519	(27)
Depreciação	(3.221)	(21.693)	(24.914)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.910	50.261	57.171

(b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)

	Controladora			
	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	7.204	51.068	-	58.272
Adições	5.210	40.869	2.002	48.081
Remensurações	(167)	936	-	769
Contraprestação principal	(4.029)	(37.945)	(1.013)	(42.987)
Contraprestação juros	(475)	(2.825)	(94)	(3.394)
Juros	475	2.825	94	3.394
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.218	54.928	989	64.135
Passivo circulante	3.960	27.674	989	32.623
Passivo não circulante	4.258	27.254	-	31.512

	Consolidado			
	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	7.207	51.068	-	58.275
Adições	5.245	40.869	2.002	48.116
Remensurações	(167)	936	-	769
Contraprestação principal	(4.064)	(37.945)	(1.013)	(43.022)
Contraprestação juros	(476)	(2.825)	(94)	(3.395)
Juros	476	2.825	94	3.395
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.221	54.928	989	64.138
Passivo circulante	3.963	27.674	989	32.626
Passivo não circulante	4.258	27.254	-	31.512

A taxa de desconto utilizada na mensuração do valor presente total dos pagamentos futuros de alugueis para os contratos de arrendamento firmados em 2020 é de 5,5% a.a. (6,8% a.a. em 31 de dezembro de 2019). A taxa média utilizada é de 6,2% a.a. (6,8% a.a. em 31 de dezembro de 2019) e o prazo médio é de 38 meses (30 meses em 31 de dezembro de 2019).

	Controladora		
	Imóveis	Veículos	Total
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	7.236	31.186	38.422
Adições	3.404	40.250	43.654
Remensurações	(546)	519	(27)
Contraprestação principal	(2.890)	(20.887)	(23.777)
Contraprestação juros	(462)	(2.796)	(3.258)
Juros	462	2.796	3.258
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.204	51.068	58.272
Passivo circulante	3.313	33.853	37.166
Passivo não circulante	3.891	17.215	21.106

	Consolidado		
	Imóveis	Veículos	Total
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	7.236	31.186	38.422
Adições	3.442	40.250	43.692
Remensurações	(546)	519	(27)
Contraprestação	(2.925)	(20.887)	(23.812)
Contraprestação principal	(463)	(2.796)	(3.259)
Contraprestação juros	463	2.796	3.259
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.207	51.068	58.275
Passivo circulante	3.316	33.853	37.169
Passivo não circulante	3.891	17.215	21.106

(c) Despesas de arrendamento mercantil

Classe de ativo	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020			31/12/2020		
	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total
Máquinas e equipamentos	3.163	-	3.163	3.212	-	3.212
Equipamentos de reprografia e informática	199	-	199	209	-	209
Imóveis	-	35	35	-	75	75
Total	3.362	35	3.397	3.421	75	3.496

A Companhia, em plena conformidade com o Pronunciamento CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo referido CPC. Tal vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

14. Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA MG e a BRK Ambiental - Manso S.A. (antiga Odebrecht Ambiental - Manso S.A.), Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação em 21 de dezembro de 2015.

As contraprestações para a SPE começaram a ser pagas em janeiro de 2016. O valor amortizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$65.524 (R\$72.410 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) e as despesas decorrentes do contrato foram contabilizadas da seguinte forma: R\$77.792 (R\$75.693 em 2019) como despesas de manutenção de sistemas e R\$23.189 (R\$22.943 em 2019) como despesa financeira reconhecida no resultado de acordo com o período de reajuste (correção monetária) contratual.

Para correção do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente a cada mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes. A movimentação do passivo pode ser demonstrada como segue:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	357.419	414.870
Correção	14.331	14.959
Amortização	(56.665)	(64.427)
Juros pagos	(8.859)	(7.983)
Saldo final	306.226	357.419
Passivo circulante	47.975	59.985
Passivo não circulante	258.251	297.434

15. Impostos, taxas, contribuições, obrigações sociais e trabalhistas e obrigações diversas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais (i)	79.680	76.719	80.230	77.352
Parcelamento de impostos (ii)	-	14.289	-	14.289
Obrigações diversas (iii)	196.344	163.985	196.890	164.447
Total	276.024	254.993	277.120	256.088
Passivo circulante	181.984	163.648	183.080	164.743
Passivo não circulante	94.040	91.345	94.040	91.345

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósito para obras (iv)	79.851	82.139	79.851	82.139
Obrigações diversas	14.189	9.206	14.189	9.206
Passivo não circulante	94.040	91.345	94.040	91.345
Obrigações fiscais	79.680	76.719	80.230	77.352
Obrigações diversas	102.304	72.640	102.850	73.102
Parcelamento de impostos	-	14.289	-	14.289
Passivo circulante	181.984	163.648	183.080	164.743

(i) Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
INSS	24.494	23.722	24.865	24.096
COFINS	27.046	25.117	27.090	25.231
PIS	5.850	5.418	5.859	5.442
IRRF	13.745	13.316	13.758	13.331
FGTS	5.048	4.597	5.150	4.698
Outros	3.497	4.549	3.508	4.554
Passivo circulante	79.680	76.719	80.230	77.352

(ii) Refere-se a parcelamento de débitos de ISSQN com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

(iii) As obrigações diversas podem ser assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações diversas				
Depósito para obras (iv)	79.851	82.139	79.851	82.139
Encontro de contas	8.165	8.187	8.165	8.187
Salários a pagar	73.593	46.547	73.735	46.547
Outros	34.735	27.112	35.139	27.574
Total	196.344	163.985	196.890	164.447
Passivo circulante	102.304	72.640	102.850	73.102
Passivo não circulante	94.040	91.345	94.040	91.345

- (iv) Refere-se a recursos financeiros da ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES.

16. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Caixa Econômica Federal	34.500	31.748
BNDES – Finem	81.525	70.656
Finame	13.774	16.424
Banco do Brasil ⁽ⁱ⁾	1.303	1.152
KfW	71.006	50.470
Banco Europeu de Investimento - BEI ⁽ⁱⁱ⁾	(257)	-
Empréstimos bancários e financiamentos	201.851	170.450
Debêntures simples	393.905	214.489
Debêntures	393.905	214.489
Total circulante	595.756	384.939
Não circulante		
Caixa Econômica Federal	636.575	635.486
BNDES - Finem	146.612	189.709
Finame	19.960	33.675
Banco do Brasil ⁽ⁱ⁾	130.265	101.037
KfW	141.742	151.029
Banco Europeu de Investimento - BEI ⁽ⁱⁱ⁾	(3.008)	-
Empréstimos bancários e financiamentos	1.072.146	1.110.936
Debêntures simples	2.113.239	1.814.362
Debêntures	2.113.239	1.814.362
Total não circulante	3.185.385	2.925.298
Total circulante e não circulante	3.781.141	3.310.237

⁽ⁱ⁾ Dívida originalmente contraída de instituições financeiras externas. Foi inserida em acordo entre o governo brasileiro e a comunidade financeira internacional, para reestruturação da dívida externa do setor público brasileiro com os credores privados internacionais. Nos termos desse acordo, aprovado pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 98 de 29 de dezembro de 1992, a dívida foi trocada por bônus emitidos pela União, que se tornou devedora perante os credores externos. Em substituição às parcelas de principal, foram emitidos vários tipos de bônus, sob taxas de juros condizentes com aquelas usuais do mercado financeiro internacional.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se a custo de captação de empréstimos a ser disponibilizado à COPASA em 2021.

(a) Empréstimos e financiamentos

Do valor total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em moeda estrangeira totaliza R\$341.051 (R\$335.207 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$131.568 em dólares e R\$209.483 em euros (R\$106.745 em dólares e R\$228.462 em euros em 31 de dezembro de 2019).

Os empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$3.781.141 em 31 de dezembro de 2020 (R\$3.310.237 em 31 de dezembro de 2019), têm vencimento até 2042 e cupons médios de 5,2% ao ano para a Controladora e o Consolidado (6,3% ao ano em 31 de dezembro de 2019 para a Controladora e o Consolidado).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	163.142
2022	199.515	164.080
2023	159.808	130.221
2024	186.527	154.271
2025	48.242	46.089
2026 até 2042	481.062	453.133
Custo de captação	(3.008)	-
Total	1.072.146	1.110.936

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.281.386	1.398.177
Ingressos de empréstimos e financiamentos	34.283	45.210
Juros capitalizados	7.769	-
Encargos provisionados	73.885	84.751
Varição monetária e cambial	108.356	9.021
Amortização de encargos	(73.884)	(84.896)
Amortização de principal	(154.532)	(170.877)
Custo de captação	(3.516)	-
Amortização do custo de captação	250	-
Saldo final	1.273.997	1.281.386
Passivo circulante	201.851	170.450
Passivo não circulante	1.072.146	1.110.936

Controladora / Consolidado						
Em moeda Nacional	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Atualização Monetária	Ano de vencimento	Valor contábil	Valor contábil
					31/12/2020	31/12/2019
Caixa Econômica						
Federal	BRL	7,65%	TR	16/08/2042	671.075	667.234
BNDES - BNE	BRL	6,08%	TJLP	15/05/2025	228.137	260.365
Finame	BRL	4,04%	-	15/01/2025	33.734	50.099
					932.946	977.698
Em moeda Estrangeira	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Atualização Monetária	Ano de vencimento	Valor contábil	Valor contábil
					31/12/2020	31/12/2019
Banco do Brasil	USD	4,52%	USD	10/04/2024	131.568	102.189
KfW	EURO	2,07%	EURO	20/12/2023	212.748	201.499
					344.316	303.688
Custo de captação					(3.265)	-
					341.051	303.688
Empréstimos e financiamentos					1.273.997	1.281.386

(b) Debêntures

Foi concluída em 18 de dezembro de 2020, conforme Comunicado de Encerramento, a Oferta Pública de Distribuição da 15ª Emissão de Debêntures da COPASA MG, com aditamento ao Instrumento Particular de Escritura assinado em 16 de dezembro de 2020 e cuja liquidação financeira ocorreu em 18 de dezembro de 2020. Essa operação corresponde a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Companhia, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (conforme alterada), da Instrução da CVM nº 476, de 19 de janeiro de 2009 e da Lei das Sociedades por Ações e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A emissão foi realizada em 16 de dezembro de 2020, em série única, sendo que a remuneração das debêntures foi definida conforme procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de *Bookbuilding*”) ocorrido em 16 de dezembro de 2020, nas seguintes condições: série única: volume 500.000 debêntures, encargos financeiros de CDI a.a. + 1,75% a.a., com prazo de cinco anos e carência de 24 meses, inclusive, e valor nominal de R\$1, perfazendo o montante de R\$500.000.

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	2.028.851	2.143.891
Ingressos de debêntures	530.489	269.944
Juros capitalizados	25.707	-
Encargos provisionados	80.219	141.811
Variação monetária	32.924	24.063
Amortização de encargos	(93.828)	(148.789)
Amortização de principal	(97.218)	(402.067)
Custo de captação	(1.764)	(1.480)
Amortização do custo de captação	1.764	1.478
Saldo final	2.507.144	2.028.851
Passivo circulante	393.905	214.489
Passivo não circulante	2.113.239	1.814.362

Controladora / Consolidado						
	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Atualização monetária	Ano de vencimento	Valor contábil 31/12/2020	Valor contábil 31/12/2019
Subscrição 4ª emissão						
1ª	URTJLP	1,55%	TJLP	15/07/2022	54.065	66.481
2ª	IPCA	9,05%	IPCA	15/08/2022	147.224	129.309
3ª	URTJLP	1,55%	TJLP	15/07/2022	71.582	88.020
Total 4ª emissão					272.871	283.810
Subscrição 5ª emissão						
Série única	BRL	9,00%	TR	01/09/2031	188.999	206.507
Total 5ª emissão					188.999	206.507
Subscrição 7ª emissão						
1ª	BRL	-	-	15/04/2019	-	-
2ª	IPCA	7,39%	IPCA	15/04/2021	35.736	69.989
Total 7ª emissão					35.736	69.989
Subscrição 8ª emissão						
1ª	URTJLP	1,87%	TJLP	15/06/2028	65.275	67.191
2ª	BRL	8,18%	IPCA	15/06/2028	33.409	32.755
Total 8ª emissão					98.684	99.946
Subscrição 11ª emissão						
1ª	URTJLP	2,62%	TJLP	15/01/2031	128.628	109.406
2ª	IPCA	8,85%	IPCA	15/01/2031	62.667	50.616
Total 11ª emissão					191.295	160.022
Subscrição 12ª emissão						
1ª	IPCA	5,06%	IPCA	15/01/2024	213.433	204.692
2ª	IPCA	5,27%	IPCA	15/01/2026	91.906	88.144
Total 12ª emissão					305.339	292.836
Subscrição 13ª emissão						
1ª	BRL	106,9% do DI	-	15/07/2021	93.485	95.106
2ª	BRL	110,0% do DI	-	15/07/2023	545.309	555.043
3ª	IPCA	6,50%	IPCA	15/07/2025	75.391	72.311
Total 13ª emissão					714.185	722.460
Subscrição 14ª emissão						
1ª	BRL	106,15% do DI	-	15/06/2024	56.549	56.603
2ª	IPCA	4,30%	IPCA	15/06/2026	150.226	143.993
Total 14ª emissão					206.775	200.596
Subscrição 15ª emissão						
Série única	BRL	CDI + 1,75%	-	16/12/2025	500.575	-
Total 15ª emissão					500.575	-
Total de debêntures					2.514.459	2.036.166
Custo de captação					(7.315)	(7.315)
Total					2.507.144	2.028.851

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	312.843
2022	593.612	503.941
2023	645.949	479.829
2024	332.032	167.348
2025	287.646	124.400
2026 até 2042	259.261	231.565
Custo de captação	(5.261)	(5.564)
Total	2.113.239	1.814.362

(c) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants e garantias

A Companhia possui empréstimos e financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e com periodicidade de apuração do resultado distintas, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

17. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Demandas judiciais provisionadas

A composição das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Contin-gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin-gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	79.938	(1.251)	78.687	83.544	(12.456)	71.088
Trabalhistas	68.752	(5.892)	62.860	71.300	(8.235)	63.065
Tributárias	1.734	(9.574)	(7.840)	12.511	(437)	12.074
Ambientais	295	-	295	46.221	-	46.221
Total	150.719	(16.717)	134.002	213.576	(21.128)	192.448

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Contin-gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin-gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	80.437	(1.251)	79.186	83.940	(12.717)	71.223
Trabalhistas	68.815	(5.922)	62.893	71.453	(8.261)	63.192
Tributárias	1.734	(9.574)	(7.840)	12.511	(437)	12.074
Ambientais	295	-	295	46.221	-	46.221
Total	151.281	(16.747)	134.534	214.125	(21.415)	192.710

A movimentação das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019, antes da compensação de depósitos judiciais	213.576	214.125
Adições	30.414	30.547
Atualizações	9.757	9.788
Reversões	(68.472)	(68.513)
Baixas	(34.556)	(34.666)
Total provisões	150.719	151.281
Compensação de depósitos judiciais	(16.717)	(16.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	134.002	134.534

As adições e reversões referem-se a inclusão de novos processos e reavaliações de prognósticos de perda em processos judiciais que foram realizadas no âmbito do Fórum de Contingências da COPASA MG, para revisão e validação dos riscos indicados pela área jurídica nos processos contra a Companhia, com base em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário. As atualizações referem-se à correção monetária do saldo provisionado.

As movimentações podem ser assim resumidas:

1. Adições no valor de R\$30.414, referentes a reclassificação de risco e constituição de provisão para as ações cíveis e trabalhistas de forma pulverizada, com destaque para aumento de R\$3.115 em função de execução de sentença citado nas provisões cíveis item 2 e R\$1.765 em reintegração de posse provisionados da ação cível e R\$2.502 nas provisões trabalhistas.
2. Reversões no valor de R\$68.472, com destaque para o valor de R\$37.548 referente a provisão da Lei Estadual nº12.503/97, tendo em vista decisão de alteração da classificação de “contingência provável” para “contingência remota”, conforme descrito no item (iv) provisões ambientais e o valor de R\$13.877 referente a restituição de tarifa de esgoto para parte dos consumidores de Pará de Minas, conforme ação descrita no item i das provisões cíveis.
3. Baixas no valor de R\$34.556 com destaque para o valor de R\$10.842 referente a execução fiscal do Município de Montes Claros, conforme ação descrita nas provisões tributárias, além de diversas ações cíveis de forma pulverizada.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018, antes da compensação de depósitos judiciais	153.919	154.339
Adições	82.013	82.259
Atualizações	6.642	6.665
Reversões	(11.052)	(11.104)
Baixas	(17.946)	(18.034)
Total provisões	213.576	214.125
Compensação de depósitos judiciais	(21.128)	(21.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	192.448	192.710

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os principais estão listados nos incisos a seguir:

(i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA MG estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

1. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública que teve sua decisão desfavorável à Companhia, no sentido de declarar a nulidade do aumento da tarifa de coleta de esgoto realizada pela COPASA MG, a partir de setembro de 2012, e determinando à Companhia, a restituir para todos os consumidores do Município de Pará de Minas, de forma simples, a quantia recebida indevidamente, proveniente desse aumento, no prazo de 90 dias contados do trânsito em julgado. Os valores já estão sendo

restituídos aos consumidores do Município. O valor em 31 de dezembro de 2020 é de R\$8.074 (R\$21.527 em 31 de dezembro de 2019).

2. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2005, ação de indenização por danos ambientais causados à Lagoa Central no Município de Lagoa Santa, sendo a COPASA MG condenada a pagar a referida indenização. Atualmente, o processo encontra-se em cumprimento de sentença, com recurso da COPASA MG interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$9.845 (R\$6.309 em 31 de dezembro de 2019).

3. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2003, ação civil coletiva que teve como objeto a devolução simples aos usuários, dos valores relativos ao reajuste de março de 2003 sob o fundamento de que os referidos valores foram cobrados no mesmo mês em que o reajuste foi autorizado quando deveriam ter sido aplicados 30 dias decorridos do prazo autorizado. A ação teve decisão desfavorável para a COPASA MG e encontra-se em fase de liquidação de sentença, aguardando realização de perícia judicial. A Companhia efetuou provisionamento com vistas à proposição de acordo judicial objetivando a finalização da ação. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$17.018 (R\$16.177 em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Provisões tributárias

O Município de Montes Claros propôs ação de execução fiscal visando o recebimento dos créditos tributários inscritos nas Certidões de Dívida Ativa nºs 3496/2015; 3497/2015; 3498/2015 e 3499/2015, no valor de R\$9.021. Trata-se de execução de crédito tributário municipal relativo a ISSQN, do período anterior à publicação da Lei Complementar nº 116/2003, entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003, em que a COPASA MG não possuía isenção de tributos municipais. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais entendeu que o imposto é devido ao Município de Montes Claros. Em outubro de 2020, houve a celebração entre as partes com compensação entre o valor devido pela Copasa nesse processo e débitos de água e esgoto do Município, com pagamento do remanescente pela Copasa e baixa do processo.

(iii) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável.

1. Existe uma ação trabalhista coletiva, processo 0102100-74.2008.5.03.0024, em curso na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, conexa à ação civil pública, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho questionam a extinta política de desligamento e o programa motivacional adotado pela Companhia, pleiteando a reintegração dos empregados desligados sob essa política, com o pagamento de salários vincendos e vencidos. Nesse processo, a COPASA MG obteve êxito em 1ª instância, mas a decisão foi reformada em 2ª instância. Em 24 de fevereiro de 2017, foi prolatado acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, que negou provimento ao Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, interposto pela COPASA MG. Em 10 de dezembro de 2019 a ação foi enviada para o Tribunal Regional do Trabalho. Foi estimado pelos assessores jurídicos como perda provável, cujo valor foi determinado a partir de cálculos efetivados sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a condução do processo, sendo o valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 de R\$33.464 (R\$31.710 em 31 de dezembro de 2019).

(iv) Provisões ambientais

A Lei Estadual nº 12.503/97 impõe à Companhia, na condição de concessionária de serviços públicos, a obrigação de proteger e preservar o meio ambiente, por meio de investimento de 0,5% do valor total da receita operacional apurada nos municípios onde opera, e um terço deve ser destinado à reconstrução da vegetação ciliar ao longo dos cursos d'água.

Até agosto de 2020 a Companhia manteve provisionado o valor de R\$37.629, visando mitigar os riscos eminentes e preservar a Companhia de impactos negativos em seu resultado, decorrentes de decisões judiciais contrárias ao seu pleito quanto à suspensão de todos os processos judiciais em que se discute a constitucionalidade da referida Lei. Entretanto, em setembro de 2020, foram realizadas as reversões de valores provisionados, em função de decisões judiciais ocorridas, conforme descrito a seguir:

Em agosto de 2019, entendendo que ao legislar sobre “águas” e “energia”, o Estado de Minas Gerais se envolveu em matéria de competência legislativa privativa da União Federal, tanto outra concessionária mineira, por meio do Recurso Extraordinário nº 827.538/MG, quanto a COPASA MG, por meio do Agravo RE nº 1.029.325/MG, submeteram ao Supremo Tribunal Federal o julgamento da inconstitucionalidade da lei.

Em maio de 2020, o STF julgou o Recurso Extraordinário nº 827.538/MG, entendendo pela inconstitucionalidade da lei mineira e logo em seguida, em julho de 2020, o TJMG, julgando o recurso de apelação N. 5001765-40.2018.8.13.0134 na ação judicial da COPASA MG quanto ao município de Caratinga, entendeu como improcedente a ação em razão da decisão do STF e em agosto, a ação referente à cidade de Senhora do Porto foi julgada improcedente pela mesma razão.

E, finalmente, a mudança jurisprudencial do TJMG foi confirmada no recente julgamento do Recurso de Apelação no processo N.5001756-78.2018.8.13.0134, cujo acórdão foi publicado em 16 de setembro de 2020.

Diante destes fatos, a Companhia concluiu ser adequada a alteração da classificação de perda dos processos em que se discute a aplicação desta lei de “contingência provável” para “contingência remota”.

Demandas judiciais não provisionadas

A COPASA MG discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cível (i)	348.523	438.571	356.691	447.197
Trabalhista (ii)	50.124	39.360	50.267	39.394
Tributária (iii)	71.239	67.073	72.304	67.073
Total	469.886	545.004	479.262	553.664

(i) Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e sua Controlada são partes em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de sua Controlada.

As ações individuais mais relevantes, estão descritas abaixo:

1. Ação ajuizada por Augusta Silva Seabra e outros, alegando que é legítima proprietária e possuidora de imóvel situado no Bairro Nova Suíça, na Cidade de Nova Lima, sendo a sua área total de 76.735 m². Sustenta que, no ano de 1999, a Requerida teria invadido a área em questão, sem nenhum decreto expropriatório, tendo cercado uma área de 28.334 m² para abastecimento da cidade de Belo Horizonte. Tendo isso em vista, pede a reintegração na posse do imóvel restituindo a área cercada "nas mesmas condições". Subsidiariamente, pede indenização pelo valor de mercado do imóvel, avaliado em R\$6.288. Tem-se que a propriedade da área reivindicada não está sequer comprovada pela Parte Autora, na forma que exige a ação petítória. De outro lado, a vasta documentação acostada (transmissão da área à COPASA MG, por meio de contrato de Concessão com o Município de Belo Horizonte, os croquis, memoriais descritivos e as cartas de sentença em favor da Companhia) pela Requerida demonstra a insubsistência do pleito. O valor da ação em 31 de dezembro de 2020 é de R\$15.973 (R\$15.184 em 31 de dezembro de 2019).
2. Ação Reivindicatória proposta por Sebastiana Ferreira Guimarães Scarabelli e outros, em que os autores alegam, em síntese, que seriam herdeiros de um imóvel localizado em Padre Carvalho, onde foi instalada a ETE da COPANOR, imóvel que descobriram após o falecimento do pai e o levantamento de bens para o inventário. Está, atualmente, em fase de perícia técnica para apuração dos fatos. Em princípio, o levantamento feito pela própria COPANOR indica que o imóvel tratado na ação não é o mesmo em que se encontra a ETE e, mais, que aquele reivindicado pelos Autores já teria sido vendido a terceiros (Empresa Florestal). Contudo, a Companhia aguarda o resultado do laudo pericial. O valor da ação em 31 de dezembro de 2020 é de R\$5.659 (R\$5.379 em 31 de dezembro de 2019).
3. Ação Civil Pública ajuizada pelo Município de Coronel Fabriciano, em 2020, sob o argumento de que não estaria havendo o cumprimento de todas as obrigações contratuais pela Companhia, pois não haveria o tratamento da integralidade do esgoto produzido na sede municipal. Além disso, o não tratamento do esgoto sanitário teria causado dano ambiental. Em razão desses fatos, o Município pretende a condenação da COPASA a não cobrar tarifa de esgoto ou a cobrá-la em valor proporcionalmente reduzido até que a integralidade do esgoto seja tratado; a pagar multa a título indenizatório ao Município de Coronel Fabriciano pelo suposto descumprimento de cláusulas do Contrato de Concessão; a devolver os valores cobrados a título de tarifa de esgoto aos usuários; a implantar a totalidade do tratamento de esgoto no Município; a pagar indenização por dano moral coletivo. A tutela antecipada foi indeferida em razão da ausência de urgência na apreciação dos pedidos e na incidência da jurisprudência dominante acerca da possibilidade de cobrança da tarifa de esgotamento sanitário pelos serviços prestados. Em sede de defesa, a COPASA MG apresentou Contestação, aduzindo, dentro outros argumentos, que não houve descumprimento contratual, pois, o serviço de esgotamento sanitário atende a mais de 108 mil habitantes; já estão em execução as obras de interligação ao Sistema Integrado com o Município de Timóteo, sendo que metade da população já é atendida por esse Sistema. O valor da ação em 31 de dezembro de 2020 é de R\$5.196.

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 31 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Andradas, Araçuaí, Barbacena, Betim, Caratinga, Cataguases, Confins, Congonhas, Curvelo, Divinópolis, Fronteira, Esmeraldas, Extrema, Guaxupé, Guidoal, Igaratinga, João Pinheiro, Lagoa Santa, Mirabela, Mirai, Nova Serrana, Paracatu, Patos de Minas, Pirapetinga, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Sabará, São Sebastião do Paraíso, Serra da Saudade, Tiros e Vazante. Essas ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

(ii) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de

insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos às empregadas, prestadores de serviços e fornecedores.

Todos os processos trabalhistas são, inicialmente, classificados como de perda possível e, periodicamente, a classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas em cada uma das fases do andamento processual.

(iii) Tributárias

A Companhia avaliou o momento do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS, à luz do disposto nas Leis nºs 11.488/07, 11.638/07 e 12.973/14. A COPASA MG, amparada em parecer de assessores legais externos sobre a interpretação do momento do aproveitamento destes créditos, entende ser adequado o procedimento atualmente adotado. Na inaceitabilidade do tratamento tributário, a Companhia estima que as despesas fiscais adicionais seriam de aproximadamente R\$58.618 (R\$59.684 consolidado), e os assessores legais externos avaliam que é possível que a COPASA MG tenha sucesso na defesa numa eventual discussão judicial.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	1.105.275	1.022.304	1.105.275	1.022.304
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(375.794)	(347.583)	(375.794)	(347.583)
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições) /exclusões				
Equivalência patrimonial	(4.279)	(4.343)	-	-
Doações e subvenções	108	210	108	210
Outras (adições) /exclusões	(1.502)	(125)	(5.781)	(4.468)
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio	77.529	71.600	77.529	71.600
Incentivos fiscais	15.140	12.311	15.140	12.311
IRPJ e CSLL	(288.798)	(267.930)	(288.798)	(267.930)
Alíquota efetiva	26,13%	26,21%	26,13%	26,21%
IRPJ e CSLL correntes	(349.635)	(298.169)	(349.635)	(298.169)
IRPJ e CSLL diferidos	60.837	30.239	60.837	30.239
IRPJ e CSLL	(288.798)	(267.930)	(288.798)	(267.930)

O IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado (R\$60.837) são compostos pelo valor líquido das diferenças temporárias movimentadas no período (R\$60.733) acrescentado pelo IR e CS diferidos da amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97, constante no resultado abrangente (R\$104).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As

alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

Controladora / Consolidado				
	31/12/2019	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2020
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.864	-	51.776	66.640
Provisão para demandas judiciais	72.297	-	(21.372)	50.925
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultados abrangentes	38.131	29.125	-	67.256
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	48.397	-	(2.727)	45.670
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	126.670	-	18.277	144.947
Provisão do ISSQN - encontro de contas PBH	1.156	-	(1.156)	-
Variação cambial sobre empréstimos	10.988	-	15.753	26.741
Outras provisões temporárias diversas	34.346	-	11.372	45.718
Total do ativo	346.849	29.125	71.923	447.897
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial sobre empréstimos	4.945	-	(963)	3.982
Margem da receita de construção diferida	33.153	-	(1.777)	31.376
Capitalização do ativo financeiro descontado	79.201	-	12.821	92.022
Custo de captação pela emissão de debêntures	2.488	-	-	2.488
Custo de captação de empréstimos	-	-	1.110	1.110
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	23.154	416	-	23.570
Total do passivo	142.941	416	11.191	154.548
Total líquido	203.908	28.709	60.732	293.349

Controladora / Consolidado				
	31/12/2018	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2019
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	15.551	-	(687)	14.864
Provisão para demandas judiciais	52.014	-	20.283	72.297
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultados abrangentes	20.835	17.296	-	38.131
Saldo a depreciar de ativos cedidos	51.124	-	(2.727)	48.397
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	110.092	-	16.578	126.670
Provisão do ISSQN - encontro de contas PBH	8.087	-	(6.931)	1.156
Variação cambial sobre empréstimos	14.611	-	(3.623)	10.988
Outras provisões temporárias diversas	18.151	-	16.195	34.346
Total do ativo	290.465	17.296	39.088	346.849

No passivo

Imposto de renda e contribuição social				
Varição cambial sobre empréstimos	5.081	-	(136)	4.945
Margem da receita de construção diferida	34.939	-	(1.786)	33.153
Capitalização do ativo financeiro descontado	68.265	-	10.936	79.201
Custo de captação pela emissão de debêntures	2.487	-	1	2.488
Mudança no ativo financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.801	3.353	-	23.154
Total do passivo	130.573	3.353	9.015	142.941
Total líquido	159.892	13.943	30.073	203.908

Em atendimento à Deliberação CVM nº 599, de 15/09/2009 e Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitem a recuperação de créditos tributários contidos no ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2020. O saldo do ativo diferido registrado na contabilidade é R\$447.897, desse total são descontados os valores reconhecidos no patrimônio líquido, que representam R\$69.908, totalizando o crédito fiscal a recuperar no montante de R\$377.989, conforme demonstrado a seguir:

Composição do ativo fiscal diferido a recuperar	Controladora / Consolidado
Total do ativo diferido	447.897
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultado abrangente	(67.256)
Outras provisões temporárias - patrimônio líquido	(2.652)
Total do ativo fiscal diferido a recuperar	377.989

Assim, as projeções de resultados demonstram que a empresa deverá obter lucros suficientes para recuperar os tributos pagos conforme a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, a seguir:

Expectativa de realização do ativo fiscal diferido	Controladora / Consolidado
Em 2021	52.506
Em 2022	91.771
Em 2023	13.820
Em 2024	13.548
Em 2025	13.548
Em 2026	3.353
Em 2027	3.353
Em 2028	3.353
Em 2029	3.353
Em 2030	3.353
Após 2030	176.031
Total	377.989

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

19. Convênio de Cooperação Técnica

O saldo de convênios no ativo está assim composto:

	Controladora		
	A receber	Adiantamento	Líquido
31 de dezembro de 2020			
Recursos estaduais	4.147	(3.904)	243
Recursos federais	163.346	(121.249)	42.097
Total	167.493	(125.153)	42.340
31 de dezembro de 2019			
Recursos estaduais	-	(3.847)	(3.847)
Recursos federais	204.587	(164.675)	39.912
Total	204.587	(168.522)	36.065

	Consolidado		
	A receber	Adiantamento	Líquido
31 de dezembro de 2020			
Recursos estaduais	562.910	(562.649)	261
Recursos federais	163.346	(121.249)	42.097
Total	726.256	(683.898)	42.358
31 de dezembro de 2019			
Recursos estaduais	558.765	(562.591)	(3.826)
Recursos federais	204.587	(164.675)	39.912
Total	763.352	(727.266)	36.086

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante	16.152	471	16.170	492
Ativo não circulante	26.188	35.594	26.188	35.594
	42.340	36.065	42.358	36.086

O saldo de convênios no passivo está assim composto:

31 de dezembro de 2020	Controladora/ Consolidado		
	Adiantamento	A receber	Líquido
Recursos estaduais	505	-	505
Recursos federais	43.006	(39.964)	3.042
Total	43.511	(39.964)	3.547

31 de dezembro de 2019	Controladora/ Consolidado		
	Adiantamento	A receber	Líquido
Outros	49.736	(43.242)	6.494
Total	49.736	(43.242)	6.494

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante	3.547	3.326
Passivo não circulante	-	3.168
	3.547	6.494

20. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações de curto prazo	4.669	25.561
Obrigações de longo prazo	223.892	136.007
	228.561	161.568
Contribuições normais	17.329	16.609
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial ⁽¹⁾	245.890	178.177
Passivo circulante	21.998	42.170
Passivo não circulante	223.892	136.007

⁽¹⁾ Com a instituição da paridade contributiva a Companhia passou a contribuir mensalmente com o mesmo valor da contribuição dos empregados participantes, incluindo a contribuição extraordinária, o que gerou um passivo cujo valor em 31 de dezembro de 2020 é de R\$4.669 (R\$30.001 em 31 de dezembro de 2019).

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Plano RP1 – Benefício Definido (BD)	725	717
Plano COPASA Saldado – Benefício Definido (BD)	9.830	9.441
Novo Plano COPASA – Contribuição Definida (CD)	-	(131)
	<u>10.555</u>	<u>10.027</u>
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	(56.536)	(33.576)
Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício	130.555	74.019

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	Perda Bruta	Perda Bruta
Perdas (ganhos) atuariais	18.334	226.054
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	61.347	(169.926)
Mudança no efeito do teto de ativo	1.610	(228)
Mudança no efeito da restrição da obrigação atuarial	4.370	(5.028)
Custo total reconhecido em ORA	<u>85.661</u>	<u>50.872</u>

	<u>31/12/2020</u>		
	Perda Bruta	Imposto	Perda Líquida
Plano RP1 – Benefício Definido (BD)	274	93	181
Plano COPASA Saldado – Benefício Definido (BD)	84.560	28.751	55.809
Novo Plano COPASA – Contribuição Definida (CD)	827	281	546
	<u>85.661</u>	<u>29.125</u>	<u>56.536</u>

	<u>31/12/2019</u>		
	Perda Bruta	Imposto	Perda Líquida
Plano RP1 – Benefício Definido (BD)	593	202	391
Plano COPASA Saldado – Benefício Definido (BD)	49.363	16.783	32.580
Novo Plano COPASA – Contribuição Definida (CD)	916	311	605
	<u>50.872</u>	<u>17.296</u>	<u>33.576</u>

A Companhia assinou, em 07 de dezembro de 1982, convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 1º de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual Plano RP1-BD (Benefício Definido) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o Plano COPASA Saldado-BD (Benefício Definido), criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o Novo Plano COPASA-CD (Contribuição Definida) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2020 o Plano RP1 possui 93 participantes ativos, 12 remidos e 159 assistidos; o Plano COPASA Saldado 1.093 participantes ativos, 3 remidos e 1.941 assistidos; e o Novo Plano COPASA 10.283 participantes ativos e 900 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo Plano RP1-BD, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo Plano COPASA Saldado-BD são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo Novo Plano COPASA-CD são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas, com base nas normas legais vigentes.

a) Valores consolidados do passivo

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valor presente das obrigações financiadas	(1.503.950)	(1.457.242)
Valor justo dos ativos do plano	1.316.486	1.328.678
Efeito do teto do ativo	(36.416)	(32.693)
Restrição do déficit contratado	(4.681)	(312)
Passivo líquido do plano	(228.561)	(161.569)
Em 1º de janeiro	1.457.242	1.195.357
Custo do serviço corrente	365	144
Custo financeiro	99.180	104.858
Contribuições dos participantes do plano	1.165	1.135
Remensurações atuariais	18.334	226.054
Benefícios pagos pelo plano	(73.470)	(71.410)
Contribuições extraordinárias ativos	255	277
Contribuições extraordinárias assistidos	879	827
Valor presente das obrigações financiadas em 31 de dezembro	1.503.950	1.457.242

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Em 1º de janeiro	1.328.678	1.101.604
Retorno real sobre os ativos do plano	29.755	267.682
Contribuições do empregador	28.158	27.526
Contribuições dos empregados	1.165	1.135
Benefícios pagos	(73.470)	(71.410)
Contribuições extraordinárias ativos	255	277
Contribuições extraordinárias assistidos	879	827
Contribuições extraordinárias patrocinadora	1.066	1.037
Valor justo em 31 de dezembro	1.316.486	1.328.678

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos serviços correntes	365	144
Custo financeiro	99.180	104.858
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(91.102)	(97.757)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.112	2.782
	10.555	10.027

b) Valores segregados por Plano de benefício:

1) Plano de benefícios RP1-BD

	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações financiadas	(67.483)	(72.830)
Valor justo dos ativos do plano	68.031	63.763
Efeito do teto do ativo	(548)	-
Restrição do déficit contratado	(4.681)	(312)
Passivo líquido do plano	(4.681)	(9.379)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Em 1º de janeiro	72.830	58.478
Custo do serviço corrente	311	235
Custo financeiro	5.090	5.243
Contribuições dos participantes do plano	344	342
Remensurações atuariais	(7.861)	11.871
Benefícios pagos pelo plano	(3.231)	(3.339)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	67.483	72.830

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Em 1º de janeiro	63.763	49.937
Retorno real sobre os ativos do plano	1.459	11.011
Contribuições do empregador	5.696	5.812
Contribuições dos empregados	344	342
Benefícios pagos	(3.231)	(3.339)
Valor justo em 31 de dezembro	68.031	63.763

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$5.028.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos serviços correntes	311	235
Custo financeiro	5.090	5.243
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(4.676)	(4.761)
Provisão para plano de benefícios	725	717

As despesas com plano de pensão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$725 (R\$717 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019) foram reconhecidas no resultado, sendo R\$712 em "despesas financeiras" e R\$13 em "outras despesas operacionais" (R\$967 em "outras despesas financeiras" e R\$250 em "outras despesas operacionais" em 31 de dezembro de 2019).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.459 (R\$11.011 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2020	31/12/2019
Taxa anual de desconto	7,38% a.a.	7,16% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	7,38% a.a.	7,16% a.a.
Aumento anual de salário	5,11% a.a.	5,36% a.a.
Aumento anual de benefícios	3,45% a.a.	3,70% a.a.
Taxa de inflação	3,45% a.a.	3,70% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic M&F	BR-EMSsb-2015 (M&F)
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Forte
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 2006	MI 85 F
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2020.

Categorias dos ativos do Plano RP1-BD

	31/12/2020	31/12/2019
Realizável (previdencial e administrativo)	3,11%	6,17%
Títulos públicos	37,97%	12,59%
Renda fixa	53,28%	78,37%
Ações	3,18%	2,05%
Empresas emergentes	0,04%	0,04%
Fundos de participações	1,01%	-
Investimentos imobiliários	0,33%	0,41%
Empréstimos e financiamentos	0,35%	0,37%
Outros - depósitos judiciais	0,01%	-
Multimercado	0,72%	-
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em
	+ 10%	-10%	+ 0,25%	-0,25%	31/12/2020
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	66.423	68.647	65.539	69.527	(67.483)
Valor justo dos ativos do plano	68.031	68.031	68.031	68.031	68.031
Superávit / (déficit) técnico do plano	1.608	(616)	2.492	(1.496)	548
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,57%	1,72%	-2,88%	3,03%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) do plano	193,57%	-212,51%	354,95%	373,30%	

2) Plano COPASA Saldado-BD

	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações financiadas	(1.426.043)	(1.374.648)
Valor justo dos ativos do plano	1.202.163	1.222.457
Passivo líquido do plano	(223.880)	(152.191)

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Em 1º de janeiro	1.374.648	1.128.794
Custo financeiro	93.490	98.916
Remensurações atuariais	26.733	212.983
Benefícios pagos pelo plano	(69.962)	(67.149)
Contribuições extraordinárias ativos	255	277
Contribuições extraordinárias assistidos	879	827
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	<u>1.426.043</u>	<u>1.374.648</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Em 1º de janeiro	1.222.457	1.013.443
Retorno real sobre os ativos do plano	25.833	253.094
Contribuições do empregador	21.635	20.928
Benefícios pagos	(69.962)	(67.149)
Contribuições extraordinárias ativos	255	277
Contribuições extraordinárias assistidos	879	827
Contribuições extraordinárias patrocinadora	1.066	1.037
Valor justo em 31 de dezembro	<u>1.202.163</u>	<u>1.222.457</u>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.252.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo financeiro	93.490	98.916
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(83.660)	(89.475)
Provisão para plano de benefícios	<u>9.830</u>	<u>9.441</u>

As despesas com plano de pensão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$9.830 (R\$9.441 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019) foram reconhecidas no resultado R\$952 em “despesas financeiras” e R\$8.878 em “outras despesas operacionais” (R\$2.725 em “outras despesas financeiras” e R\$6.716 em “outras despesas operacionais” em 31 de dezembro de 2019).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$25.833 (R\$253.094 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxa de desconto (nominal)	6,98% a.a.	6,97% a.a.
Retorno esperado dos ativos do plano	6,98% a.a.	6,97% a.a.
Aumento anual de benefícios	3,45% a.a.	3,70% a.a.
Taxa de inflação	3,45% a.a.	3,70% a.a.
Tábua de mortalidade geral	BR-EMSsb 2015 (M&F)	AT 2000 B S10% (M&F)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT 49 M
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	Álvaro Vindas

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2020.

Categorias dos ativos do Plano COPASA Saldado-BD

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Realizável (previdencial e administrativo)	0,81%	3,00%
Títulos públicos	58,04%	59,39%
Renda fixa	15,31%	17,63%
Ações	9,89%	8,02%
Multimercados	2,09%	0,64%
Empresas emergentes	0,15%	1,16%
Fundos de participações	6,73%	2,17%
Investimentos imobiliários	5,14%	6,30%
Empréstimos e financiamentos	0,75%	0,77%
Outros – depósitos judiciais	0,10%	0,02%
Direitos creditórios	0,86%	0,75%
Créditos privados e depósitos	0,13%	0,15%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	<u>Tábua biométrica</u>		<u>Taxa de juros</u>		<u>Posição em 31/12/2020</u>
	<u>+ 10%</u>	<u>-10%</u>	<u>+ 0,25%</u>	<u>-0,25%</u>	
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.396.700	1.458.221	1.385.998	1.468.086	(1.426.043)
Valor justo dos ativos do plano	1.202.163	1.202.163	1.202.163	1.202.163	1.202.163
Superávit / (déficit) técnico do plano	(194.537)	(256.058)	(183.835)	(265.923)	(223.880)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-2,06%	2,26%	-2,81%	2,95%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano	-13,11%	14,37%	-17,89%	18,78%	

3) Novo Plano COPASA-CD

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valor presente das obrigações financiadas	(10.424)	(9.764)
Valor justo dos ativos do plano	46.292	42.457
Efeito do teto do ativo	(35.868)	(32.693)
Ativo / passivo líquido do plano	-	-

A movimentação na obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Em 1º de janeiro	9.764	8.085
Custo do serviço corrente	54	(91)
Custo financeiro	600	699
Contribuições dos empregados	821	793
(Ganhos) / perdas atuariais	(538)	1.200
Benefícios pagos pelo plano	(277)	(922)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	10.424	9.764

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Em 1º de janeiro	42.457	38.224
Retorno real sobre os ativos do plano	2.464	3.577
Contribuições do empregador	827	785
Contribuições dos empregados	821	793
Benefícios pagos	(277)	(922)
Valor justo em 31 de dezembro	46.292	42.457

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$856.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo dos serviços correntes	54	(91)
Custo financeiro	600	699
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(2.766)	(3.521)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.112	2.782
Provisão para plano de benefícios	-	(131)

Não houve despesas com plano de pensão em 31 de dezembro de 2020 (negativo de R\$131 em 31 de dezembro de 2019).

O retorno real sobre os ativos do plano em 31 de dezembro 2020 foi de R\$2.464 (R\$3.577 em 31 de dezembro de 2019).

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxa de desconto (nominal)	6,11% a.a.	6,46% a.a.
Retorno esperado dos ativos do plano	6,11% a.a.	6,46% a.a.
Aumento anual de benefícios	3,45% a.a.	3,70% a.a.
Taxa de inflação	3,45% a.a.	3,70% a.a.
Tábua de mortalidade geral	BR-EMSsb 2015 M&F	BR-EMSsb 2015 M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light fraca D50%	Light fraca D60%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M (A80%)	AT 49 M (A100%)

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2020.

Categorias dos ativos do Novo Plano COPASA-CD

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Realizável (previdencial e administrativo)	1,51%	1,59%
Renda fixa	66,27%	74,48%
Ações	12,14%	6,28%
Empresas emergentes	0,10%	0,82%
Fundos de participações	7,09%	1,79%
Investimentos imobiliários	3,74%	4,96%
Empréstimos e financiamentos	4,87%	5,43%
Multimercado	2,05%	2,41%
Créditos privados e depósitos	0,88%	0,96%
Direitos creditórios	1,28%	1,26%
Outros – depósitos judiciais	0,07%	0,02%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em
	+ 10%	-10%	+ 0,25%	-0,25%	31/12/2020
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	11.100	9.747	10.307	10.544	(10.424)
Valor justo dos ativos do plano	46.292	46.292	46.292	46.292	46.292
Superávit / (déficit) técnico do plano	35.192	36.545	35.985	35.748	35.868
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	6,48%	-6,49%	-1,13%	1,15%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano	-1,88%	1,89%	0,33%	-0,34%	

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, bem como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

21. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo seu capital formado exclusivamente por ações ordinárias.

Em 19 de novembro de 2020, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou o desdobramento da totalidade das 126.751.023 ações ordinárias da Companhia, na proporção de 1 (uma) para 3 (três), ou seja, cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia seja desdobrada em 3 (três) ações ordinárias.

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R\$3.402.385, representado por 380.253.069 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020 (126.751.023 em 31 de dezembro de 2019), todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,04% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se cerca de 49,56% das ações. Os administradores e entidade(s) relacionada(s) ao acionista controlador possuem 0,12% das ações e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, encontra-se em tesouraria.

A COPASA MG está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R\$5 bilhões, mediante deliberação do Conselho de Administração. Esse limite foi alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2020, que passou de R\$4 bilhões para R\$5 bilhões.

Os acionistas terão direito de preferência em eventuais aumentos de capital na forma da lei. Entretanto, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e

empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. Ressalta-se que nos últimos exercícios não houve outorga de plano de opção de ações.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 1º de janeiro de 2008.

No exercício de 2020, foi registrado no resultado, o valor de R\$316 (R\$617 no exercício de 2019), referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota Explicativa 16), concedido pela ANA, com recursos do PRODES.

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$547.512 (R\$505.774 em 2019) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Programa Plurianual de Investimentos”.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i)** Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota Explicativa 20). Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$130.555 (R\$74.019 devedor em 31 de dezembro de 2019).
- (ii)** Mensuração de ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S.A. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo credor desta conta totaliza R\$36.170 (R\$35.161 em 31 de dezembro de 2019).

(d) Remuneração aos acionistas

• Política de dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 07 de maio de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a revisão da Política de Dividendos da Companhia, definindo regras para a distribuição de proventos, em função da alavancagem observada, conforme destacado a seguir:

• Dividendos regulares

O Conselho de Administração definirá até 31 de março de cada exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído, observando o mínimo estatutário de 25% e o limite de 50%.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	816.477	754.374
Reserva legal - (5%)	(40.824)	(37.719)
Reserva de incentivos fiscais	(316)	(617)
Lucro líquido	775.337	716.038
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	193.834	179.010

A declaração deverá ocorrer trimestralmente e o pagamento será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração, a exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

• **Dividendos extraordinários**

Em conjunto com a divulgação das Demonstrações Financeiras Anuais (DFs) e das Informações Contábeis Intermediárias (ITR) referentes ao segundo trimestre de cada exercício, e em conformidade com a Política de Dividendos da Companhia, a administração procederá e divulgará o Cálculo do Enquadramento Regulatório, já considerando o pagamento dos Dividendos Regulares, visando avaliar se o mesmo se encontra dentro Intervalo Eficiente de Alavancagem Regulatória e caso esse índice esteja:

a) Acima do intervalo: o Conselho de Administração definirá que o percentual de distribuição do Lucro Líquido Ajustado será o mínimo legal obrigatório.

b) Dentro do intervalo: a remuneração aos acionistas ficará situada no intervalo entre o mínimo legal obrigatório e o limite máximo de 50%.

c) Abaixo do intervalo: o Conselho de Administração poderá, até 03 (três) meses após a divulgação das DFs anuais ou do ITR do segundo trimestre de cada exercício, declarar Dividendos Extraordinários, que compreenderá uma remuneração adicional que seja suficiente para que o patamar inferior do referido intervalo seja alcançado. Essa declaração ocorrerá após a realização de estudos que indiquem que eventual pagamento de Dividendos Extraordinários não colocará em risco a saúde financeira, o Plano de Investimentos ou a liquidez corrente da Companhia.

Por Cálculo do Enquadramento Regulatório entende-se, para o atual ciclo regulatório, o indicador Dívida Líquida/EBITDA (Dívida Líquida da Companhia dividido pelo EBITDA acumulado dos 12 meses anteriores ao período de cálculo), que deverá alcançar o valor de 2,10x, com margem de 0,10x para cima ou para baixo.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o múltiplo Dívida Líquida corrente da Companhia dividido pelo EBITDA de 2020, atingiu 1,6x, ficando, portanto, abaixo do Intervalo Eficiente de Alavancagem Regulatória. Assim, a Companhia apresentará, em até 90 dias a contar da divulgação destas DFs, os estudos citados no item “c” acima.

No âmbito da referida Política, considerando a alavancagem observada quando da divulgação das Demonstrações Financeiras Anuais (DFs) de 2019 e das Informações Contábeis Intermediárias (ITR) do segundo trimestre de 2020, bem como o estudo técnico sobre a possibilidade de pagamento de dividendos extraordinários realizado, foi deliberado em Assembleia Geral realizada em 19 de novembro de 2020, a distribuição de dividendos extraordinários no montante de R\$820 milhões, utilizando parte da Reserva de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Declaração de dividendos/JCP do exercício

• **Dividendos regulares**

Em observância à referida Política, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de março de 2020, deliberou que a distribuição de dividendos para o exercício de 2020 será correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido, ajustado conforme art. 202 da Lei nº 6.404/76, sob a forma de JCP.

Com base nesta decisão, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de março de 2020, aprovou a distribuição de JCP referente ao 1T2020 no valor de R\$45.466, cujo pagamento foi efetuado em 19 de maio de 2020, e em reunião realizada em 18 de junho de 2020 aprovou a distribuição de JCP referente

ao 2T2020 no valor de R\$43.895, cujo pagamento foi realizado em 17 de agosto de 2020. Adicionalmente, em reunião realizada em 17 de setembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de JCP referente ao 3T2020, no valor de R\$63.124, com pagamento efetuado em 16 de novembro de 2020.

Referente ao 4T2020, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2021, aprovou a distribuição de JCP no valor de R\$75.542, cuja data de pagamento será definida na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Devido à retenção de imposto de renda sobre os JCPs e o direito do acionista de receber dividendo mínimo obrigatório de 25%, os 15% referentes ao imposto de renda retido na fonte, são imputados quando do cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio, perfazendo um percentual de distribuição de 29,41% sobre o lucro líquido ajustado do exercício social.

Durante o exercício de 2019, a Companhia utilizou parte dos JCP do Acionista Estado de Minas Gerais para quitação de faturas vencidas. Não há JCP retidos, desse acionista, em 31 de dezembro de 2020.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), os JCP foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$77.529 (R\$71.600 em 2019). Para fins societários, os JCP estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido, no montante de R\$228.027.

Conforme Resolução ARSAE-MG nº 100/2017, o valor do benefício fiscal da dedutibilidade dos JCP, líquido dos desembolsos adicionais incorridos, quais sejam, a distribuição a maior de proventos aos acionistas e o pagamento a maior de participações nos lucros aos empregados, será devolvido ao usuário por meio de compensação na tarifa.

A movimentação do saldo da conta de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos e JCP a pagar no início do exercício	80.719	93.397
Juros sobre o capital próprio propostos	228.027	210.587
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(11.494)	(10.416)
Juros sobre o capital próprio pagos no período	(225.064)	(134.730)
Juros sobre o capital próprio retidos no Encontro Contas Estado de MG	-	(78.115)
Juros sobre o capital próprio prescrito	-	(4)
Dividendos propostos	820.000	-
Dividendos pagos	(819.918)	-
Dividendos e JCP a pagar no final do período	72.270	80.719

(e) Destinação dos lucros

Conforme previsto no art. 192 da Lei 6.404/76 o lucro líquido será assim destinado:

	Controladora
	31/12/2020
Reserva Legal	40.824
Reserva de incentivos fiscais	316
Realização da correção monetária de ativos	(202)
Remuneração aos Acionistas	228.027
Reserva de Lucros Retidos	547.512
Lucro Líquido	816.477

(f) **Lucro por ação**

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta Nota Explicativa). O lucro básico por ação do exercício de 2019 foi recalculado, em decorrência do desdobramento de ações ocorrido em novembro de 2020, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41- Resultado por Ação.

	Consolidado	
	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	816.477	754.374
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	379.181	379.181
Lucro básico por ação (em Reais)	2,15	1,99

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

22. Informação por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos.

(i) **Resultado**

	Consolidado				
	2020				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta ⁽ⁱ⁾	3.550.607	2.013.352	2.382	292.412	5.858.753
Deduções da receita bruta	(328.829)	(186.294)	(292)	-	(515.415)
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾	3.221.778	1.827.058	2.090	292.412	5.343.338
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.389.491)	(1.355.071)	-	(292.412)	(4.036.974)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	832.287	471.987	2.090	-	1.306.364
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(26.014)
Resultado financeiro, líquido					(175.075)
Lucro operacional antes dos impostos					1.105.275
Amortização e depreciação	210.328	284.470	-	151.418	646.216

⁽ⁱ⁾ A Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos.

	Consolidado				
	2019				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta ⁽ⁱ⁾	3.331.369	1.867.141	2.213	439.203	5.639.926
Deduções da receita bruta	(310.645)	(171.906)	(151)	-	(482.702)
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾	3.020.724	1.695.235	2.062	439.203	5.157.224
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.210.148)	(1.240.337)	-	(439.203)	(3.889.688)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	810.576	454.898	2.062	-	1.267.536
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(112.148)
Resultado financeiro, líquido					(133.084)
Lucro operacional antes dos impostos					1.022.304
Amortização	133.628	239.454	-	79.350	452.432

⁽ⁱ⁾ A Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos.

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	292.412	439.203
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(292.412)	(439.203)
Margem de construção	-	-

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de água	1.664.038	1.587.336
Serviços de esgoto	3.692.654	3.341.495
Outros intangíveis	602.222	566.992
Total do intangível	5.958.914	5.495.823

(iii) Imobilizado

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo imobilizado, sendo alocados da seguinte forma: R\$1.033.662 em Serviços de água, R\$307.078 em Serviços de esgoto e R\$179.912 em outros imobilizados, totalizando R\$1.520.652 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.071.913 em serviços de água, R\$334.791 em serviços de esgoto e R\$184.217 em outros imobilizados, totalizando R\$1.590.921 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

23. Gestão de Risco Financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define a Declaração Estratégica da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de até 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

23.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos e debêntures, CDBs, aplicações financeiras e Investimento na SPE GS Inima Industrial Jeceaba, contabilizado como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem o impacto das alterações nas variáveis de mercado sobre o valor das obrigações de aposentadoria e pós-emprego, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros e da variação cambial, com impacto nos empréstimos e financiamentos.

A COPASA MG possuía 91% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, da TR, do IPCA e do CDI, e 9% indexados em moeda estrangeira (dólar e euro), em 31 de dezembro de 2020. As operações referentes aos empréstimos, financiamentos, debêntures, bem como outras obrigações onerosas (Libertas) e suas respectivas taxas de juros estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluído provisão de juros)	% Saldo Devedor Total
<u>Em Moeda Nacional:</u>							
Recursos FGTS ⁽¹⁾	- ⁽²⁾	7,65%	TR	16/08/2042	669.403	671.075	17,7%
Finame	28/03/2011	4,04%	-	15/01/2025	33.675	33.733	0,9%
BNDES Empréstimo	15/01/2008	6,08%	TJLP	15/05/2025	227.539	228.137	6,0%
BNDES/Debêntures - 4ª Emissão							
1ª Série	15/07/2010	6,10%	TJLP	15/07/2022	53.923	54.065	1,4%
2ª Série	15/07/2010	9,05%	IPCA	15/08/2022	142.501	147.224	3,9%
3ª Série	15/07/2010	6,10%	TJLP	15/07/2022	71.394	71.582	1,9%
Caixa/Debêntures - 5ª Emissão							
Série única	20/09/2011	9,00%	TR	01/09/2031	187.646	188.999	5,0%
Debêntures de Mercado - 7ª Emissão							
2ª Série	15/04/2014	7,39%	IPCA	15/01/2024	33.984	35.736	0,9%
BNDES/Debêntures - 8ª Emissão							
1ª Série	15/06/2015	6,42%	TJLP	15/06/2028	65.095	62.275	1,7%
2ª Série	15/06/2015	8,18%	IPCA	15/06/2028	33.294	33.409	0,9%
BNDES/Debêntures 11ª Emissão							
1ª Série	15/01/2017	7,17%	TJLP	15/01/2031	128.233	128.628	3,4%
2ª Série	15/01/2017	8,85%	IPCA	15/01/2031	62.435	62.667	1,7%
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão							
1ª Série	08/02/2018	5,06%	IPCA	15/01/2024	208.594	213.433	5,6%
2ª Série	08/02/2018	5,27%	IPCA	15/01/2026	89.739	91.906	2,4%
Debêntures de Mercado - 13ª Emissão							
1ª Série	15/07/2018	2,03%	DI	15/07/2021	92.600	93.485	2,5%
2ª Série	15/07/2018	2,09%	DI	15/07/2023	540.000	545.309	14,4%
3ª Série	15/07/2018	6,50%	IPCA	15/07/2025	73.219	75.391	2,0%
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão							
1ª Série	15/06/2019	2,02%	DI	15/06/2024	56.500	56.549	1,5%
2ª Série	15/06/2019	4,30%	IPCA	15/06/2026	149.951	150.226	4,0%
Debêntures de Mercado - 15ª Emissão							
Série única	16/12/2020	3,68%	DI	16/12/2025	500.000	500.574	13,2%
<u>Outras Obrigações:</u>							
Libertas (Previdência Complementar)	08/01/2001	6,73%	INPC	08/11/2021	4.652	4.669	0,1%

⁽¹⁾ Recursos FGTS: Caixa Econômica Federal.

⁽²⁾ Diversas datas.

Dessa forma, são realizadas análises que consideram a possibilidade de refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos, de forma a otimizar o custo de capital da Companhia.

Sensibilidade a taxas de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos, financiamentos e debêntures. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado a seguir:

Indicadores	Exposição (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
		Provável (ii)	+25%	-25%	+50%	-50%
TJLP	546.184	4,47%	5,59%	3,35%	6,71%	2,24%
Variação do Principal (R\$)		24.415	30.518	18.311	36.622	12.207
IPCA	793.716	3,34%	4,18%	2,51%	5,01%	1,67%
Variação do Principal (R\$)		26.510	33.138	19.883	39.765	13.255
CDI	1.189.100	3,00%	3,75%	2,25%	4,50%	1,50%
Variação do Principal (R\$)		-	-	-	-	-
TR	857.050	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Variação do Principal (R\$)		-	-	-	-	-
INPC (iii)	4.652	3,42%	4,28%	2,57%	5,13%	1,71%
Variação do Principal (R\$)		159	199	119	239	80
LIBOR	130.266	1,25%	1,56%	0,94%	1,88%	0,63%
Variação do Principal (R\$)		-	-	-	-	-
TAXA FIXA (iv)	246.288	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Variação do Principal (R\$)		-	-	-	-	-
Total (R\$)	3.767.256	51.084	63.855	38.313	76.625	25.542

(i) Principal em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Fontes dos índices:

CDI e IPCA (Relatório Focus - BACEN de 31 de dezembro de 2020; TJLP (projeção Bradesco 18 de dezembro de 2020: <https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo>; INPC (Sistema de Expectativa Bacen, 31 de dezembro de 2020: <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/?wicket:interface=:1:::>); Libor USD referente à taxa do último pagamento semestral.

(iii) Incluso saldos de contratos de assunção de ônus atuarial da Libertas (fundo de pensão).

(iv) Contratos sem correção monetária: KfW e FINAME.

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do dólar americano e do euro em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. As operações e suas respectivas taxas de câmbio estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluído provisão de juros)	%
Banco do Brasil (Bank of New York - Bônus) ⁽¹⁾	05/08/1998	4,52%	Líbor	10/04/2024	130.265	131.568	3,5%
KfW	29/11/2011	2,07%	-	20/12/2023	212.614	212.748	5,6%

⁽¹⁾Taxa média (LIBOR+Spread) de diversos bônus.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, bem como em ganhos de eficiência energética e proteção ambiental. Para a operação com o Banco KfW, banco alemão de fomento, cujo saldo devedor era de €33,3 milhões (equivalente a R\$212,7 milhões) em 31 de dezembro de 2020, não há mecanismo de hedge contratado. A dívida com o Banco do Brasil, cujo saldo devedor era de US\$25,06 milhões (equivalente a R\$130,2 milhões) em 31 de dezembro de 2020, está garantida por títulos da dívida externa brasileira, no montante de US\$24,07 milhões (equivalente a R\$125,08 milhões), caucionados no Banco do Brasil, corrigidos pela média dos preços dos bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América (Nota Explicativa 8).

Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do dólar (US\$) e do euro (€), de $\pm 25\%$ e $\pm 50\%$, no saldo devedor dos empréstimos e financiamentos. No caso da operação com o Banco do Brasil, como a Companhia possui caução em dólares (US\$), o valor da caução é deduzido do saldo devedor, para cálculo da sensibilidade à taxa de câmbio. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Instrumento financeiro		Banco do Brasil	Caução BB	Banco KfW
Saldo devedor (em moeda estrangeira)	31/12/2020	US\$ 25.067	US\$ 24.078	€ 33.336
Saldo devedor	31/12/2020	130.265	125.127	212.614
Provável (Projeção)		4.931	(4.736)	12.931
Queda 25%		32.566	(31.282)	53.153
Queda 50%		65.133	(62.563)	106.307
Acréscimo 25%		(32.566)	31.282	(53.153)
Acréscimo 50%		(65.133)	62.563	(106.307)

⁽ⁱ⁾ Principal em 31 de dezembro de 2020. Fontes dos índices projetados: Dólar (Relatório Focus-BACEN de 31 de dezembro de 2020) e Euro Projeção Itaú de 14 de dezembro de 2020 (<https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>).

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado do contas a receber estão adequadamente cobertas por provisão. O detalhamento do reconhecimento da perda esperada de crédito com clientes está detalhada na Nota Explicativa 3.4.2a.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída em outubro de 2012 a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e cauções (agências de risco, Fitch e S&P)				
AAA	296.399	20.075	296.399	20.075
AA	481.967	437.803	481.967	437.803
A	168.693	297.987	187.446	298.057
BBB	88.542	4	88.542	2.265
Total	1.035.601	755.869	1.054.354	758.200
Certificados de depósitos bancários de curto prazo - (Nota Explicativa 06 (a))	759.912	489.831	778.665	492.162
Aplicação financeira vinculada - (Nota Explicativa 08)	75.715	85.268	75.715	85.268
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures	199.974	180.770	199.974	180.770

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a COPASA MG acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Amortização	568.950	1.598.884	854.446	740.324
Juros	190.362	280.581	162.407	276.600
Empréstimos, financiamentos e debêntures	759.312	1.879.465	1.016.853	1.016.924
PPP do Rio Manso ⁽¹⁾	47.975	74.777	74.777	112.166
Arrendamento Mercantil	32.623	21.301	10.211	-
Fornecedores	164.662	-	-	-

⁽¹⁾ Os valores incluem também a despesa financeira referente ao fluxo de desembolsos futuros da PPP do Manso, atualizados de acordo com o índice definido contratualmente e apurado para o mês de abril, data prevista para os reajustes.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso. Cabe ressaltar que tais contratos dispõem ainda de caução em garantia de financiamentos (Nota Explicativa 08 (a)).

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2020				
	Instituição Financeira/Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
Caixa Econômica Federal	CAIXA - Financiamentos 2007/2008	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	R\$5.709	setembro/31
	CAIXA - PAC 2009	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.005	novembro/32
	5ª Emissão de Debêntures (R\$288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	R\$9.230	setembro/31
	CAIXA - Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação da receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$4.251	junho/35
	CAIXA - Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$556	maio/36
	CAIXA - Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$3.725	outubro/37
	CAIXA - Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.452	fevereiro/38
	CAIXA - Financiamentos 2015 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$1.497	março/39
	CAIXA - Financiamentos 2017 (IN 29)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$524	agosto/41
	BNDES	3ª Emissão de Debêntures (R\$450 milhões)	Vinculação da receita de R\$18 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde dez/2007.	R\$36.036
Financiamentos (PAC 2007 - R\$48 milhões)/ (PAC 2008 - R\$578 milhões)		Vinculação da receita de R\$26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.	R\$49.718	junho/23

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2020				
	Instituição Financeira/Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
BNDES	Financiamentos BNDES (R\$181 milhões)	Vinculação da receita de R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	R\$12.156	maio/25
	4ª Emissão de Debêntures (R\$740 milhões)	Vinculação da receita de R\$32,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde jul/2010.	R\$54.783	agosto/22
	8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	Vinculação da receita de R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	R\$21.339	agosto/28
	11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	Vinculação da receita de R\$5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril/2017.	R\$5.500	janeiro/31
Banco KfW	€ 100 milhões	Vinculação de receita equivalente a 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	R\$37.036	junho/23
BRK Ambiental	PPP do Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação referente a cada ano de vigência.	R\$10.848	dezembro/28
Total de Receita Vinculada			R\$257.365	

23.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA, e de acordo com o Estatuto da Companhia deve ser inferior a 3,0, podendo chegar a 4,0, por motivos conjunturais mediante justificativa e específica aprovação do Conselho de Administração. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, debêntures e outras dívidas onerosas de curto e longo prazo subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, e o EBITDA é o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização. O índice de capital de terceiros é apurado dividindo o Exigível Total pelo Patrimônio Líquido e deve ser inferior a 1,0.

Outro fator mitigador de riscos é a Política de Dividendos da Companhia cujas regras para a distribuição de proventos se baseiam na alavancagem observada. Caso esta esteja acima do intervalo considerado ideal, o Conselho de Administração definirá que o percentual de distribuição do Lucro Líquido Ajustado será o mínimo legal obrigatório.

23.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos considerando seus prazos de vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

Refere-se ao saldo de investimento na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S.A. (antiga BRK Ambiental – Jeceaba S.A), mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Este instrumento financeiro foi incluído no nível de hierarquia 3 e a Companhia utilizou análise dos fluxos de caixa descontados da investida aplicando a taxa de desconto de 12,25%, para determinar o seu valor justo.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da COPASA e sua subsidiária, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019:

	Controladora / Consolidado	
	Ativo	
	31/12/2020	31/12/2019
Investimento GS Inima Industrial Jeceaba S.A	76.603	75.074
Saldo total	76.603	75.074

Os valores dos dividendos recebidos até 31 de dezembro de 2020 foram R\$13.381 (R\$10.057 em 31 de dezembro de 2019).

(b) Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	1.273.997	1.245.015	1.281.386	1.247.295
Debêntures simples	2.507.144	2.486.913	2.028.851	2.031.415
Total	3.781.141	3.731.928	3.310.237	3.278.710

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Controladora / Consolidado				Observações
	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado		
Caixa/FGTS	7,65%	180	8,50%	Cotação da taxa da CEF em dez/2020	
BNDES Finem	6,08%	42	7,72%	Cotação da taxa do BNDES/Emp. em dez/2020	
FINAME	4,04%	49	5,74%	Cotação da taxa FINAME em dez/2020	
Banco do Brasil	4,52%	40	2,89%	Cotação da taxa AFD em dez/2020	
Debêntures simples	4,85%	57	5,42%	Cotação taxas Debts. BNDES e Mercado em dez/2020	
KfW	2,07%	36	1,66%	Cotação taxa do KfW em dez/2020	

24. Instrumentos Financeiros por Categoria

(a) Controladora

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	786.377	-	786.377	521.304	-	521.304
Contas a receber de clientes	1.034.710	-	1.034.710	1.176.718	-	1.176.718
Bancos e aplicações de convênios	24.452	-	24.452	20.190	-	20.190
Aplicações financeiras vinculada	75.715	-	75.715	85.268	-	85.268
Ativos financeiros de concessões	685.561	-	685.561	648.892	-	648.892
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	-	76.603	76.603	-	75.074	75.074
Crédito com Controladas	2.125	-	2.125			
Demais contas a receber	284.143	-	284.143	243.616	-	243.616
Total	2.893.083	76.603	2.969.686	2.695.988	75.074	2.771.062

⁽¹⁾ Excluindo pagamentos antecipados.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.781.141	3.781.141	3.310.237	3.310.237
Fornecedores	206.177	206.177	176.302	176.302
Arrendamento Mercantil	64.135	64.135	58.272	58.272
Parceria Público Privada	306.226	306.226	357.419	357.419
Total	4.357.679	4.357.679	3.902.230	3.902.230

(b) Consolidado

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	805.619	-	805.619	524.146	-	524.146
Contas a receber de clientes	1.045.441	-	1.045.441	1.187.496	-	1.187.496
Bancos e aplicações de convênios	24.500	-	24.500	20.223	-	20.223
Aplicações financeiras vinculada	75.715	-	75.715	85.268	-	85.268
Ativos financeiros de concessões	709.052	-	709.052	651.069	-	651.069
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	-	76.603	76.603	-	75.074	75.074
Demais contas a receber	281.533	-	281.533	242.675	-	242.675
Total	2.941.860	76.603	3.018.463	2.710.877	75.074	2.785.951

⁽¹⁾ Excluindo pagamentos antecipados.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.781.141	3.781.141	3.310.237	3.310.237
Fornecedores	213.289	213.289	181.825	181.825
Arrendamento Mercantil	64.138	64.138	58.275	58.275
Parceria Público Privada	306.226	306.226	357.419	357.419
Total	4.364.794	4.364.794	3.907.756	3.907.756

25. Transações com Partes Relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com a sua Subsidiária Integral COPANOR, o Copass Saúde e a Fundação Libertas de Seguridade Social, bem como as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:

	Controladora			
	31/12/2020			
	Subsidiária COPANOR	Outras		
ESTADO MG		COPASS	LIBERTAS	
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes				
Valores faturados	-	16.127	1	14
Valores a faturar	-	8.216	1	7
Convênios	-	243	-	-
Créditos diversos				
Créditos com controlada	2.815	-	-	-
Total do ativo	2.815	24.586	2	21
Passivo				
Circulante				
Convênios	-	505	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	21.998
Programa de saúde	-	-	10.426	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	223.892
Total do passivo	-	505	10.426	245.890
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	134.124	6	155
Programa de seguridade	-	-	-	(51.918)
Programa de saúde	-	-	(81.614)	-
Controladora				
31/12/2019				
	Outras			
	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS	
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes				
Valores faturados	-	167.217	1	28
Valores a faturar	-	11.197	1	17
Convênios	-	15.281	-	-
Créditos diversos				
Créditos com controlada	1.206	-	-	-
Total do ativo	1.206	193.695	2	45
Passivo				
Circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	42.170
Programa de saúde	-	-	10.166	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	136.007
Total do passivo	-	-	10.166	178.177
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	166.810	12	271
Programa de seguridade	-	-	-	(48.221)
Programa de saúde	-	-	(89.920)	-
Prestação de Serviços	-	1.258	-	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições acordados entre as partes.

A redução registrada no total do Ativo na comparação de 31 de dezembro de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019 é explicada, principalmente, pelo pagamento das contas a receber do Estado de Minas Gerais.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2020	2019
Remuneração	4.413	4.480
Benefícios assistenciais ⁽¹⁾	354	774
Total	4.767	5.254

⁽¹⁾ Refere-se à alimentação, saúde e benefício pós-emprego.

25.1 Natureza das operações com partes relacionadas

• Estado de Minas Gerais

(a) Prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Estado e demais sociedades a ele relacionadas

Na prestação desses serviços são aplicadas as tarifas definidas pela ARSAE-MG.

(b) Juros sobre o Capital Próprio

A Companhia destinou ao Estado de Minas Gerais Juros sobre Capital Próprio (JCP), no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$114.423 acrescidos de dividendos extraordinários no montante de R\$411.475 (R\$105.672 referente a JCP no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

(c) Garantia em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Por meio do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, de 05 de agosto de 1998, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como garantia de pagamento da dívida da Companhia, ora confessada, junto ao Banco *BNY*, seus créditos sobre Impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula V do referido contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo devedor desse Contrato é de R\$131.568 (R\$102.189 em 31 de dezembro de 2019).

Por meio do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia, de 29 de novembro de 2011, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como contragarantia à União, em caso de inadimplência da Companhia perante o Banco KfW, seus créditos sobre impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula III do referido Contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto desse contrato é de R\$212.748 (R\$201.499 em 31 de dezembro de 2019).

(d) Convênios de cooperação técnica

Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, nos quais este último repassa recursos oriundos do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, ou seja, sem custos financeiros e sem necessidade de garantias. A contrapartida exigida é a execução de obras de infraestrutura nos prazos de vigência dos convênios.

(e) Contratos de prestação de serviços com a PRODEMGE

A Companhia possui contratos firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, cujo acionista controlador é o EMG, para a prestação de serviços de Integração à Rede IP Multisserviços com suporte a transmissão de dados voz e vídeo com qualidade de serviço, baseada

na tecnologia IP - *Internet Protocol*, pela qual é possível o compartilhamento de serviços de tecnologia de informação e infraestrutura de telecomunicações, bem como fornecimento de certificado digital de assinatura para pessoa física ou jurídica no padrão ICP Brasil. Possibilita, ainda, o fornecimento de certificado de Servidor Web/Sítio Multi-domínio - Hierarquia Internacional.

- **COPANOR**

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora.

- **Fundação Libertas**

Contribuição pela Patrocinadora referente aos empregados participantes de um dos três planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo saldado e de contribuição definida, administrados pela Fundação Libertas (Nota Explicativa 20).

A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

As taxas de administração e demais preços foram definidos pelo corpo administrativo da entidade de maneira colegiada, contando com a participação dos assistidos, constituindo, portanto, condições comutativas adequadas.

(a) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

Em 2019 foi celebrado acordo de cooperação visando a cessão de 01 empregado do quadro da Companhia para exercer o cargo de diretor administrativo junto à Diretoria Executiva da Fundação Libertas, cujos gastos até 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$393, serão integralmente reembolsados.

- **COPASS Saúde**

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados.

A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulado por aquela Agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

26. Compromissos

A Companhia possui contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores compromissados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2020 estão demonstrados a seguir:

	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações contratuais – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	410.316	21
Obrigações Contratuais – Contratos de Leasing fora do escopo do IFRS 16, sendo este o valor esperado de desembolso	6.974	10

27. Seguros

A Companhia e sua Subsidiária contrataram apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e/ou administradores de sociedades comerciais, com abrangência no território nacional, para os membros dos Conselhos e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas no exercício de suas funções.

Em 18 de agosto de 2020, a Companhia contratou seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, nos locais denominados Regional, Cercadinho, Mutuca e Barreiro.

28. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia e sua subsidiária realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Juros capitalizados (Nota Explicativa 9)	38.294	51.089
Encontro de Contas com Estado de MG (Nota Explicativa 21)	-	78.115
Total	38.294	129.204

29. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de prestação de serviço de água	3.519.716	3.289.425	3.550.607	3.331.369
Receita bruta de prestação de serviço de esgoto	2.004.740	1.873.011	2.013.352	1.867.141
Resíduos sólidos	2.382	2.213	2.382	2.213
Receita de construção	273.866	408.079	292.412	439.203
Total receita bruta	5.800.704	5.572.728	5.858.753	5.639.926
Tributos sobre vendas	(511.761)	(479.366)	(515.415)	(482.702)
Receita líquida (*)	5.288.943	5.093.362	5.343.338	5.157.224

(*) Detalhamento da Receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita direta de água	3.119.029	2.906.490	3.146.331	2.931.233
Receita direta de esgoto	1.806.362	1.674.614	1.814.176	1.681.663
Resíduos sólidos	2.090	2.062	2.090	2.062
Total receita direta	4.927.481	4.583.166	4.962.597	4.614.958
Receita indireta de água	74.715	88.546	75.447	89.491
Receita indireta de esgoto	12.881	13.571	12.882	13.572
Total receita indireta	87.596	102.117	88.329	103.063
Receita de construção	273.866	408.079	292.412	439.203
Total da receita líquida	5.288.943	5.093.362	5.343.338	5.157.224

30. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custos operacionais				
Pessoal	749.714	723.789	764.746	738.328
Obrigações previdenciárias	155.985	154.865	159.020	157.833
Custos de construção	273.866	408.079	292.412	439.203
Materiais gerais	80.231	79.792	83.574	82.969
Materiais de tratamento	90.070	72.859	91.844	74.423
Serviços de terceiros	404.892	422.610	407.594	428.346
Energia elétrica	447.472	470.608	457.254	480.864
Despesas gerais	149.226	133.081	149.953	134.152
Depreciação e amortização	582.835	558.426	587.227	560.862
(-) Créditos tributários	(53.384)	(94.309)	(54.391)	(96.083)
	2.880.907	2.929.800	2.939.233	3.000.897
Despesas com vendas				
Pessoal	163.272	152.768	163.541	152.915
Obrigações previdenciárias	29.645	27.968	29.697	27.996
Materiais gerais	4.326	4.456	4.331	4.466
Materiais de tratamento	11	135	11	135
Serviços de terceiros	16.227	13.737	16.798	13.739
Energia elétrica	2.017	2.432	2.017	2.432
Despesas gerais	1.464	580	1.466	581
Depreciação e amortização	5.968	4.771	5.971	4.773
	222.930	206.847	223.832	207.037
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	369.880	189.655	374.482	191.720
Despesas administrativas				
Pessoal	270.561	280.434	271.345	281.669
Obrigações previdenciárias	44.295	41.671	44.444	41.812
Materiais gerais	3.729	3.375	3.850	3.599
Materiais de tratamento	69	-	68	(1)
Serviços de terceiros	82.662	95.469	84.747	98.527
Energia elétrica	2.799	3.158	2.940	3.416
Despesas gerais	37.499	23.136	37.630	23.370
Depreciação e amortização	52.988	37.416	53.018	37.446
Provisão para perdas de materiais obsoletos	870	196	1.385	196
	495.472	484.855	499.427	490.034
Custos e despesas				
Pessoal (Nota 31)	1.183.547	1.156.991	1.199.632	1.172.912
Obrigações previdenciárias (Nota 31)	229.925	224.504	233.161	227.641
Custos de construção	273.866	408.079	292.412	439.203
Materiais gerais	88.286	87.623	91.755	91.034
Materiais de tratamento	90.150	72.994	91.923	74.557
Serviços de terceiros	503.781	531.816	509.139	540.612
Energia elétrica	452.288	476.198	462.211	486.712
Despesas gerais	188.189	156.797	189.049	158.103
Depreciação e amortização	641.791	600.613	646.216	603.081
(-) Créditos tributários	(53.384)	(94.309)	(54.391)	(96.083)
Provisão para perdas de materiais obsoletos	870	196	1.385	196
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	369.880	189.655	374.482	191.720
Total	3.969.189	3.811.157	4.036.974	3.889.688

(*) Detalhamento dos custos de construção:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e encargos	39.207	34.471	39.207	34.471
Materiais	37.881	61.537	39.372	63.338
Equipamentos	13.531	20.943	13.647	22.464
Serviços de terceiros	139.620	242.241	156.559	270.043
Custos de financiamentos	37.686	47.840	37.686	47.840
Outros	5.941	1.047	5.941	1.047
Total dos custos de construção	273.866	408.079	292.412	439.203

31. Gastos com Pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários	738.892	715.027	750.381	726.067
Custos previdenciários	229.925	224.504	233.161	227.641
FGTS	62.228	59.664	63.034	60.441
Contribuição para plano de pensão	51.918	48.221	51.918	48.221
Programa de alimentação	178.650	173.480	181.530	176.320
Programa de saúde	81.614	89.920	82.258	90.570
Participação dos empregados nos lucros	52.025	47.899	52.025	47.899
Outros benefícios	18.220	22.780	18.486	23.394
Total (Nota 30)	1.413.472	1.381.495	1.432.793	1.400.553
Pessoal (Nota 30)	1.183.547	1.156.991	1.199.632	1.172.912
Obrigações previdenciárias (Nota 30)	229.925	224.504	233.161	227.641

32. Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Reversão de provisão não dedutível	103.076	32.659	103.227	34.053
Recuperação de contas baixadas	53.010	56.775	53.513	58.457
Ressarcimento programa de saúde	1.302	1.635	1.302	1.635
Alienação bens imobilizados	2.782	5.990	2.782	5.990
Outras receitas	11.171	10.878	17.009	10.968
Total outras receitas operacionais	171.341	107.937	177.833	111.103

As outras despesas operacionais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Indenizações e pagamentos de demandas judiciais	(61.258)	(51.738)	(61.622)	(51.986)
Taxa da ARSAE	(39.408)	(37.548)	(40.100)	(38.190)
Provisões para demandas judiciais	(40.172)	(88.654)	(40.337)	(88.923)
Despesas com preservação ambiental	(22.052)	(21.441)	(22.052)	(21.441)
Doações	(5.291)	-	(5.291)	-
Impostos e tributos	(7.486)	(8.418)	(7.610)	(8.506)
Passivo atuarial	(6.664)	(4.177)	(6.664)	(4.177)
Outras	(14.929)	(9.195)	(20.171)	(10.028)
Total outras despesas operacionais	(197.260)	(221.171)	(203.847)	(223.251)

33. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros ativos	43.270	34.329	43.751	34.675
Rendimentos com aplicações financeiras	23.212	25.485	23.572	26.040
Receita de variação monetária e cambial	30.693	16.262	30.769	16.338
Receita de ativos financeiros/outras	54.535	44.664	54.746	44.784
Tributos sobre receita financeira	(5.748)	(5.193)	(5.801)	(5.245)
Total de receita	145.962	115.547	147.037	116.592
Encargos sobre financiamentos ⁽¹⁾	(156.084)	(186.547)	(156.140)	(186.555)
Despesa de variação monetária e cambial ⁽²⁾	(165.507)	(62.436)	(165.507)	(62.437)
Outras despesas	(344)	(459)	(465)	(684)
Total de despesa	(321.935)	(249.442)	(322.112)	(249.676)
Resultado financeiro	(175.973)	(133.895)	(175.075)	(133.084)

⁽¹⁾ Incluídos encargos sobre financiamento da Libertas no valor de R\$969 em 31 de dezembro de 2020 (R\$3.944 em 31 de dezembro de 2019).

⁽²⁾ Incluídas despesas de variação monetária da Libertas no valor de R\$695 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.318 em 31 de dezembro de 2019).

34. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, a COPASA MG comunica que os dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo estão informados nos itens 1, 6, 8, 9, 10, 16, 17 e 18 do Relatório de Administração.

35. Reajuste Tarifário

A ARSAE-MG divulgou em 22 de junho de 2020, a Resolução ARSAE-MG nº 141/2020, na qual autorizou a aplicação de reajuste médio de 3,04% nas tarifas de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados a partir de 1º de agosto de 2020. Porém, em função da pandemia de Covid 19, o início do efetivo faturamento dos usuários com as novas tarifas ficou suspenso por 90 dias, passando a ser aplicado a partir de 01 de novembro de 2020.

36. Eventos subsequentes

a) Processo administrativo da ARSAE

Conforme Comunicado ao Mercado emitido em 11 de fevereiro de 2021, a COPASA recebeu, em 10 de fevereiro de 2021, Relatório de Fiscalização Econômica nº 031/2021 da ARSAE MG, informando sobre instauração de Processo Administrativo. A Agência alega inconsistências em determinadas faturas emitidas durante o período da pandemia. A Companhia informa que a aferição do volume pela média do consumo é autorizada pela norma regulatória e que se pronunciará sobre o referido procedimento administrativo instaurado no prazo regulatório.

b) Liquidação de dívida

Conforme Nota Explicativa 23.1.(c), a COPASA MG possuía dívida com o Banco do Brasil com saldo devedor de US\$ 25,06 milhões, caucionada em garantia pelo montante de US\$24,07 milhões. Tendo em vista a Portaria do Ministério da Fazenda nº 343, de 18 de agosto de 2014, bem como o saldo relevante das cauções

relacionadas em garantia, os benefícios da redução da exposição da empresa ao câmbio, a liberação do Estado da condição de garantidor do contrato, as projeções indicativas de economia de despesas com encargos previstos até abril/2024, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de janeiro de 2021, aprovou a liquidação antecipada da referida Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP, firmada ao amparo da Resolução nº 98, do Senado Federal.

O valor pago de R\$7.145 é composto pelos juros proporcionais e comissão bancária devidos em 05 de fevereiro de 2021, acrescidos do saldo devedor e subtraído das cauções em garantia, todos em dólares, por bônus.